



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA**

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH

CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LYA DE AQUINO SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE BRANQUITUDE E A EDUCAÇÃO
ESCOLAR: A PERCEPÇÃO ACERCA DA IDENTIDADE RACIAL
A PARTIR DA VISÃO DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

**ACARAPE – CE
2020**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LYA DE AQUINO SILVA

**AS RELAÇÕES ENTRE BRANQUITUDE E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: A
PERCEPÇÃO ACERCA DA IDENTIDADE RACIAL A PARTIR DA VISÃO
DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção de título de Licenciada em Pedagogia

Orientador: Prof. Dr. Lourenço da C. Cardoso

ACARAPE-CE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira

Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Lya de Aquino.

S578r

As relações entre a branquitude e a educação escolar: a percepção acerca da identidade racial a partir da visão das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental / Lya de Aquino Silva. - Redenção, 2020.

61f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço da Conceição Cardoso.

1. Racismo. 2. Educação escolar - Ensino Fundamental.
3. Identidade racial. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 379.26

LYA DE AQUINO SILVA

AS RELAÇÕES ENTRE BRANQUITUDE E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: A
PERCEPÇÃO ACERCA DA IDENTIDADE RACIAL A PARTIR DA VISÃO DAS
CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia julgada e aprovada para
obtenção do Diploma de Graduação de
Licenciatura Plena em Pedagogia da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: 24 de Janeiro de 2020

Nota: 10

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lourenço da Conceição Cardoso (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof.ª Dr.ª Carolina Maria Costa Bernardo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Mestra em Educação Cintia Cardoso
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Este Trabalho de Conclusão de Curso é dedicado às mulheres de minha família cuja educação escolar lhes foi negada pelo patriarcado social. À minha avó Francisca (in memoriam) e à minha mãe.

Agradecimentos

Para este trabalho se tornar realidade algumas pessoas contribuiriam significativamente, cada uma a seu modo, para a realização do mesmo. Por conta disso eu não poderia deixar de agradecê-las. Assim agradeço:

Em primeiro lugar à Deus, que me guia a cada passo que dou e é parte essencial de minha vida, em seguida agradeço aos meus pais, Luciene e Izaías, que são meu porto seguro e me ensinaram a lutar e não desistir dos meus sonhos. Espero, um dia, retribuir tudo o que fizeram e fazem por mim.

Ao meu irmão, Natanael, que ficava em silêncio para que eu pudesse estudar e pelo incentivo.

A meus avós, paternos e maternos, em especial a Francisca Rodrigues e José Luiz (in memoriam), cujo maior sonho era me ver feliz e formada em alguma Universidade.

A todos os familiares, Aquinos e Silvas, por me colocarem em suas orações;

Ao meu companheiro e amigo, Jhonata Lima. Muito obrigada por estar sempre comigo desde o início da nossa caminhada acadêmica.

Às minhas amigas, Jéssyca Lima e Tayane Santos pela amizade e companheirismo diário.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) por nos disponibilizar esse espaço de ensino que tanto nos acrescenta, tanto academicamente quanto em nosso crescimento humano;

Ao curso de Licenciatura plena em Pedagogia cujas componentes curriculares me auxiliaram no processo de descobrimento de minha identidade docente.

Aos docentes do curso de Pedagogia, em especial, a professora Lucilene Alcanfor, a professora Carol Bernardo, a professora Rosângela Ribeiro, ao professor Lucho e ao professor Evaldo Oliveira, que foram imprescindíveis durante toda essa trajetória acadêmica.

Ao subprojeto do PIBID-PEDAGOGIA que me proporcionou o contato com a práxis docente.

As escolas e as crianças que fizeram parte dessa pesquisa. Sem elas esse escrito não teria ocorrido.

Ao grupo de estudo e pesquisa Redenção e as relações étnico-raciais: Um estudo sobre o racismo à luz de Frantz Fanon na primeira cidade brasileira em que a escravidão foi abolida.

Ao professor e amigo, Lourenço Cardoso, pelas orientações, confiança e incentivo. Sem você essa pesquisa não seria possível.

A banca examinadora desse trabalho, professora Cintia Cardoso, professora Carol Bernardo e professor Lourenço Cardoso.

E por fim, a todas e todos que contribuíram de forma direta, ou indireta para que esse trabalho chegasse até aqui e fosse apresentado. Minha gratidão a todos, pois sem vocês eu não teria conseguido.

RESUMO

Esta pesquisa está situada nos estudos da branquitude como forma de analisar a ideia da hegemonia da identidade branca. Esse trabalho, por sua vez, pretende debater, de uma perspectiva social e educacional, as relações existentes entre o conceito de branquitude e a educação escolar brasileira no estado do Ceará, a partir das percepções das crianças sobre as identidades étnico-raciais. Mediante essa abordagem objetivamos pensar, relacionar e problematizar a presença da branquitude no processo de ensino-aprendizagem, salientando sua importância como mecanismo para solidificar uma pedagogia antirracista na Educação Básica, especificamente nas séries iniciais do Ensino Fundamental. A metodologia empregada para a realização dessa pesquisa traz como eixo estruturante os relatos de experiências feitos durante um período de observação em duas unidades educativas, que se localizam nos municípios de Redenção-Ce e Acarape-Ce, nas turmas de 1º e 4º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de um estudo bibliográfico para entender e analisar as discussões ocorridas durante a execução das práticas pedagógicas, classificando-se como uma pesquisa bibliográfica, que se apropriou da observação para construir e aplicar as ações explicadas no decorrer da produção acadêmica. Além disso, o enquadramento dessa diz respeito a um estudo qualitativo.

Palavras-chave: Branquitude. Educação escolar. Identidade Racial. Ensino Fundamental

ABSTRACT

This research is situated in whiteness studies as a way to analyze the idea of hegemony of white identity. This work, in turns, intends to debate, as an social and educational perspective, existing relations between the concept of whiteness and brazilian schooling in State of Ceará, from the perceptions of children about ethnic-racial identities. Through this approach we aim to think, to connect and to problematize whiteness presence in the process of teaching-learning, accentuating that importance as engine for to solidify an antiracist pedagogy in Basic Education, specifically in icitials series of Elementary School. The methodology employed for realization of this research bring as structural axis the relates of experiences made during a period of observation in two educative units that are localized inner cities of Redenção-CE and Acarape-CE, in 1° and 4° classes of two initials years of Elementary School, accompanied by a bibliographic study to understand and to analyze the discussions occurred during execution of pedagogic practices, classifying itself as a bibliographic research that appropriated the observation to build and apply the actions explained during the academic production. Besides that, the framework of this research concerns a qualitative study.

Keywords: Whiteness. Schooling. Racial Identity. Elementary School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem da construção de um mural com as pessoas negras da “Escola Liberdade”.....	40
Figura 2 – Imagem da porta do banheiro da Escola Palmares.....	43
Figura 3 – Imagem da lousa com as percepções das crianças sobre seus cabelos.....	46
Figura 4 – Imagem trazendo o autorretrato de uma das crianças.....	47
Figura 5 – Imagem trazendo outro autorretrato de uma das crianças.....	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	15
3. UM ESTUDO PIONEIRO: GUERREIRO RAMOS.....	18
3.1. Estudos da branquitude: caminhos percorridos no Brasil.....	21
4. AS NUANCES RACIAIS DO CEARÁ.....	26
4.1. As controvérsias da mestiçagem no Brasil.....	27
4.2. As controvérsias da mestiçagem no Ceará.....	30
4.3. O negro e o branco no Ceará: um caso de invisibilidade e rejeição....	32
5. AS EXPRESSÕES DA BRANQUITUDE CEARENSE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	36
5.1. A presença da branquitude no 1º ano do Ensino Fundamental.....	39
5.2. A presença da branquitude no 4º ano do Ensino Fundamental.....	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
7. REFERÊNCIAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas sociais que acomete o Brasil é o racismo e suas consequências, essas práticas são fruto de princípios criados e mantidos, durante séculos, no imaginário social e é baseada na premissa de que racialmente existem pessoas superiores e inferiores no mundo. Assim enfatiza Kabengele Munanga (2012),

Posto isso, de acordo com Kabengele Munanga (2012), o racismo ao ser praticado instaura uma hierarquia racial na sociedade em que ela se faz presente. Com relação a isso, poderíamos dizer que o racismo hoje não necessitaria mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, entretanto aqueles, racialmente definidos, que o enfrentam hoje pertencem ao mesmo grupo étnico que lutou contra essa questão no passado, e por isso, as raças que permanecem em conflito hoje são o fruto das discriminações raciais injustas ocorrida há séculos (CARDOSO, 2008) , entretanto, a racialidade de cada uma está em constante mudança, mesmo que alguns aspectos intrínsecos à sua racialidade sejam mantidos.

Desta forma, esta pesquisa possui importância para os estudos na Branquitude e para a população como um todo, devido à forte tendência que a sociedade brasileira tem em seu senso comum de admitir como verdade o mito da democracia racial. Essa suposta igualdade racial foi uma construção social que fez com que fosse estabelecida no Brasil a ideia de que todos somos iguais, essa construção ilusória busca mascarar os conflitos raciais presentes em nosso território. O fato é que não poderíamos estar mais distantes dessa realidade. O Brasil por séculos afogou-se na ideia de miscigenação harmônica e que se orgulha em alegar perante todos que não admite a ação discriminatória injusta (CARDOSO, 2008). Como se trata de algo que não segue padrões de ação, temos de ter em mente que as formas do racismo muitas vezes não se mostram explicitamente, elas foram se construindo sutilmente ao longo dos séculos, e por vezes ela também é mostrada de forma violenta e direta. Assim como o racismo foi se aprimorando com o passar do tempo e a modificação do espaço, o conceito de branquitude, e o que ele representa demorou um pouco mais para tomar forma. A branquitude não trata necessariamente da pessoa de cor branca, pois vai além da cor, visto que busca debater sobre uma identidade que foi historicamente moldada e vinculada aos brancos, e que é perpassada de geração a

geração. É necessário salientar que neste trabalho, não responsabilizamos o sujeito branco por ter nascido branco, no entanto, ele possui vantagens raciais por isto.

A branquitude seria um patamar onde quem é branco usufrui de determinadas vantagens, fazendo com que haja a perpetuação dos preconceitos, discriminações injustas e a manutenção das vantagens que são intrínsecas a sua identidade racial. O lugar estrutural que Frankenberg (1999) se refere é uma zona social e racial de superioridade que foi montado pelos brancos e para os brancos, essa construção foi tão sutil e dada como uma pertença de superioridade natural sobre os demais, que muitos não enxergam que estão nele, mas outros sim, e usam isso para dar voz aos seus pensamentos racistas mais profundos, pois sabem que não vão ser julgados, ou questionados, e é nessa consciência de estar em vantagem que a branquitude se mostra agressivamente para os segmentos raciais não-brancos. Assim aqueles que recebem essa herança histórica, recebem da sociedade diversas vantagens simbólicas e materiais que foram garantidas desde o período colonial. Schucman (2012, p. 14) acrescenta que

O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento.

Pensando nisso a aproximação com a temática da branquitude teve início quando passei a acompanhar as pesquisas acadêmicas sobre o referido tema, ao realizar as leituras percebi que os trabalhos bibliográficos desenvolvidos sobre as relações raciais, até então, nos levam a supor que colocar a identidade racial branca como objeto de análise não é levado muito em consideração pela academia brasileira, pois são poucos escritos sobre o assunto. E é com o intuito de acrescentar positivamente os estudos da branquitude que essa pesquisa se propõe a debater a respeito das relações existentes entre a branquitude e o estado do Ceará, principalmente no que concerne a educação escolar.

Ao relacionar a branquitude com a educação escolar brasileira pretendemos analisar as percepções das crianças sobre as identidades raciais, visto que os trabalhos envolvendo essa relação com a educação são muito escassos e os elaborados até o momento tratam do tema sob o ponto de vista de regiões mais centrais do país. Ou seja, o material bibliográfico já produzido sobre a branquitude em São Paulo, ou em outros estados do Sudeste do país, é relativamente mais vasto se fizermos uma análise

comparativa com outras regiões. Portanto, pretendemos iniciar uma inovação indo em busca da branquitude cearense, esse trabalho é o primeiro passo nessa direção.

Esse trabalho, por sua vez, pretende debater, de uma perspectiva social e educacional, as relações existentes entre o conceito de branquitude e a educação escolar brasileira no estado do Ceará, a partir das percepções das crianças sobre as identidades étnico-raciais, onde procuramos ouvir o que as crianças tem a dizer sobre as relações étnicas e raciais. Mediante essa abordagem objetivamos pensar, relacionar e problematizar a presença da branquitude no processo de ensino-aprendizagem, salientando a importância do conceito como mecanismo para solidificar a prática de uma pedagogia antirracista na Educação Básica, especificamente nas séries iniciais do Ensino Fundamental em duas unidades educativas, uma no município de Redenção e a outra no município de Acarape, que compõe o Maciço de Baturité, localizado no estado do Ceará.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho de conclusão de curso é o produto de uma extensa trajetória acadêmica que foi percorrida durante cinco anos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), começando no curso de Bacharelado em Humanidades e sendo continuado no decorrer da graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. Essa pesquisa se iniciou no mês de janeiro/2019 e encerra-se em janeiro/2020. Ao longo dessas graduações componentes curriculares tiveram grande influência na minha pesquisa acerca das relações existentes entre a branquitude e educação escolar, entre elas destacam-se: *Colonização e pensamento antropológico I e II*, *Sociologia I*, duas componentes que cursei durante o Bacharelado e que me ajudaram a desconstruir boa parte de minhas perspectivas que possuía antes de ingressar na universidade, sempre salientando que esse é um exercício cotidiano; *Organização da Educação Básica nos países da integração e Estágio nas séries iniciais do Ensino Fundamental*, duas componentes curriculares que me auxiliaram a entender como se organizava a Educação Básica no Brasil e no estado do Ceará, e o Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental nos deu a oportunidade de ter uma vivência real com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos possibilitando aliar a teoria com a prática docente; e o minicurso ministrado pelo professor Lourenço Cardoso, também pesquisador da temática e orientador deste trabalho, que intitulava-se *Por uma concepção de humanidade autêntica: discussão sobre a branquitude e a negritude numa concepção teórica e política*, e conceituou a branquitude e a situou no cenário político e social, fazendo assim com que eu refletisse sobre como esse conceito poderia estar presente no âmbito educacional. Me tornar bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), também corroborou significativamente para que eu estudasse as relações da branquitude com a educação escolar.

As componentes curriculares já mencionadas e outras contribuíram para que a ideia para esse trabalho de conclusão de curso tomasse forma, impactasse e tivesse uma forte relevância social para ser discutida. Estar em um ambiente universitário, principalmente na Unilab, possibilitou isso, pois me deu a chance de pensar as relações étnica e raciais com uma nova perspectiva, que daria a oportunidade de estudar essas relações a partir do foco no branco.

Metodologicamente, vale afirmar que essa pesquisa se configura sob um viés qualitativo, visto que se realiza um estudo a respeito dos trabalhos escritos sobre a branquitude brasileira com a finalidade de apontar como esses trabalhos acadêmicos podem estar situados no contexto social e educacional cearense. Quando esse levantamento foi explicitado, separei os trabalhos desenvolvidos sobre a temática até o presente momento. Uma vez que, de acordo com Gil (2002, p. 133):

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

O método escolhido se torna, então, o mais apropriado para que esse trabalho acadêmico seja levado adiante, tendo em vista que consegue comportar, de forma integral, os anseios dedicados a essa pesquisa. No que concerne à classificação desse trabalho, acredito que ele se configure como sendo uma pesquisa exploratória e descritiva ao analisarmos o ambiente escolar. Em relação aos procedimentos aplicados a esse TCC para a coleta de dados durante sua construção, podemos citar a pesquisa bibliográfica, que, conforme enfatiza Antonio Carlos Gil (2002, p. 44)

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Para o embasamento teórico são utilizadas diversas fontes como artigos científicos, dissertações, teses, monografias, revistas e livros. Além de material impresso como já citei, serão usados conteúdos retirados da internet como anais de eventos, teses, dissertações e outros materiais digitais que possam contribuir no levantamento de material teórico para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Posto isso, a análise dos dados ocorreu da seguinte maneira: primeiro, fiz um levantamento dos trabalhos feitos sobre a temática da branquitude; em seguida separei aqueles que tratavam sobre a branquitude brasileira e me preparei teoricamente para analisar esses trabalhos; logo após, tentei tecer uma reflexão baseada em como se daria as relações entre a educação e a branquitude. Nesse momento nos compete expor que a

análise dessas obras durou cerca de três meses, e após cercar-me desse arcabouço teórico fui às escolas descrever e analisar as ações vistas durante o período de 14 meses, tempo no qual participei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). As observações foram organizadas de modo que eu permanecesse em ambiente escolar duas vezes na semana, totalizando 8 horas semanais, onde todas as ações foram descritas por meio de um caderno de campo. Sobre as pesquisas exploratórias Gil (2002, p. 41)

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz et al., 1967, p. 63).

Por se tratar, também de uma pesquisa descritiva, levando em conta seu levantamento de dados, Gil (2002, p. 42) salienta que se tratam de pesquisas que aliadas ao método exploratório, são habitualmente usadas pelos pesquisadores sociais, que se preocupam com as atuações práticas, se tornando necessárias ao se analisar organizações como, por exemplo, instituições educacionais, que é onde se situará a análise deste trabalho.

No decorrer da pesquisa notamos como está acabou por se tornar uma pesquisa-ação, que de acordo com Gil (2002) pode se caracterizar por sua relação profunda com o objeto de análise, pois esse recurso só seria possível de ser utilizado se todos os que estão envolvidos participassem.

3. UM ESTUDO PIONEIRO: GUERREIRO RAMOS

Para se compreender o Brasil, ou pelo menos uma grande parte dele, é preferível que se tente analisar as nuances das relações raciais. Muitas pesquisas acadêmicas brasileiras mostram um padrão no que diz respeito ao tema das relações raciais, várias delas demonstram fazerem parte daquele núcleo de pesquisas unilaterais. Onde o negro se torna o objeto da pesquisa, um alvo a ser desnudado, mas o outro lado das relações permanece uma interrogação, quase sempre no anonimato. Como uma espécie de narrador de uma peça teatral, que raramente ou quase nunca aparece, mas que é dado o poder a ele de narrar a história do outro, como se a história do outro tivesse mais legitimidade contada pelo narrador do que pelos personagens principais da história.

Assim acontece com a história ocidental, que é contada na perspectiva, e de forma hegemônica, pelo branco. A analogia da peça teatral foi feita para representar como a história das relações raciais é contada no Brasil, onde os acadêmicos pesquisam muito sobre o negro, mas pouco pesquisam sobre o branco. Mesmo tendo em vista que para haver relação racial é preciso que haja a interação de, pelo menos, duas raças diferentes. Todavia, nas discussões, geralmente, um só lado é analisado, o lado negro, o outro lado, o lado branco permaneceu neutro, invisível.

Essa situação nos leva a questionar por que deveríamos pensar sobre o branco? O branco também não precisa ser questionado ou pensado? A branquitude não precisa ser exposta assim como a negritude? Entretanto, ser branco no Brasil, em geral, significa não pensar muito sobre sua pertença étnica ou racial, não se questiona a identidade branca, pois intimamente se considera uma questão a qual todos os brancos não deveriam pensar, como se fosse uma pergunta que todos, brancos e não-brancos, deveriam saber a resposta.

Todavia, foi o célebre autor de *Casa Grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre, que fez a primeira utilização do termo branquitude, fazendo uma analogia ao conceito de negritude, que significaria a identidade racial negra, e por sua vez, a branquitude significaria a identidade racial branca (CARDOSO, 2008).

Enquanto a maioria dos trabalhos acadêmicos tratam sobre o tema branquitude somente a partir da década de 1990, especialmente nos Estados Unidos, Alberto Guerreiro Ramos, tem essa preocupação já em 1957 em seu ensaio *Patologia social do “branco”*

brasileiro que foi publicado no mesmo ano, recebendo o mérito de pioneiro nos estudos sobre branquitude por se preocupar com a problematização do branco brasileiro, pois procura o outro lado da história ao pensar o branco, já que a perspectiva da história e, conseqüentemente, das relações raciais mantém a tradição acadêmica do negro objeto, já que o pesquisador branco resiste em se colocar como objeto de análise.

Pesquisar o branco gera grande incômodo, e esse incômodo tende a aumentar se esse pesquisador for negro, pois seria como se o “objeto tradicional” quisesse desnudar seu “pesquisador” (CARDOSO, 2014). Guerreiro Ramos, sociólogo e político brasileiro, ainda em seu trabalho *Patologia social do “branco” brasileiro* faz a utilização do termo *brancura* que remete a corporeidade, traços como o formato dos lábios, o tamanho do nariz e outros aspectos físicos que fariam uma pessoa ser socialmente classificada como branca (CARDOSO, 2010). A *brancura* seria uma característica da branquitude, todavia, uma pessoa que se considera branca pode ou não possuir *brancura*. Ramos (1995) nos diz que

Os fatos da realidade étnica no Brasil, eles mesmos, estão iluminando a consciência do mestiço brasileiro e o levam a perceber a artificialidade, em nosso meio da ideologia da *brancura*. O ideal da *brancura*, tal como ilustramos anteriormente, nas condições atuais, é uma sobrevivência que embaraça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional (RAMOS, 1995, p. 231)

A tese central desse trabalho trata que existe na sociedade brasileira uma patologia social do “branco” onde tudo que remete ao negro, ou a cultura negra, tenha uma imagem depreciativa e seja considerado inferior em detrimento das outras perspectivas que consideram tudo relacionado a identidade racial branca como algo superior e positivo. Ou seja, o brasileiro se envergonharia e rejeitaria qualquer relação com o negro, seja ela biológica ou cultural. O autor nesse artigo defendeu que essa negação da ancestralidade negra é devido as conquistas brancas no âmbito intelectual e econômico na história mundial, fazendo com que se houvesse um branqueamento e empardecimento gradual da população, onde o negro passasse a se declarar como pardo e o pardo como branco, e o branco brasileiro se tornaria cada vez mais próximo ao branco norte-americano ou ao branco europeu. Desta forma, se daria então extinção da classificação negra, pois segundo o autor quanto mais perto da cultura “branca” melhor seria para a pessoa. Em síntese, o

negro se tornaria “pardo”, o pardo seria “branco” e o branco, que não aceitava qualquer relação com as duas outras raças, desejaria se tornar um branco europeu ou norteamericano, já que a ideia da hierarquização racial entre os países colonizadores ainda tinha influência (CARDOSO, 2008, 2014).

Segundo Guerreiro Ramos a rejeição do negro e de sua cultura teria tendência a diminuir conforme a distância que o Brasil teria das lembranças evocadas pelo processo de escravidão, contudo, não foi isso que ocorreu. Com o passar do tempo os meios midiáticos ainda reproduzem na maioria de suas obras o mesmo pensamento colonial sobre o negro. A televisão, como um dos meios mais utilizados pela população brasileira, tende a contribuir para que a visão do negro colonial ainda permaneça, e reproduz a ideia de que o negro ainda é um ser sem valor, por exemplo, nas vezes que um negro aparece em uma telenovela seu personagem, geralmente, é um personagem subalterno.

Além do que, o movimento negro procura buscar formas de reproduzir uma identidade negra que seja positivada pelos próprios negros, se associando as lembranças do processo escravizador como forma de ir contra a própria escravidão ao lembrar as formas de resistência contra este processo. Portanto, de acordo com Guerreiro Ramos, a positivação da imagem negra se torna uma das principais ferramentas do Teatro Experimental do Negro Brasileiro contra a sociedade racista, pois é através da negritude que o negro recebe uma noção positivada, deixando de se enxergar como um ser sem valor, um ser inferior.

Não obstante, para a sociedade como ser negro é ser sem valor, logo ser branco, automaticamente, já significa ser alguém de valor, tendo em vista que mesmo com o passar do tempo no imaginário social as características morais estão intrínsecas no pertencimento étnico-racial. O sujeito branco seria aquele que possuiria todas as características morais louváveis como: inteligência, ética, etc. Enquanto ao sujeito negro seria designado as características pejorativas.

Com a emergência dos estudos sobre a branquitude, os brancos que questionam publicamente o racismo passam a falar sobre seus privilégios materiais e simbólicos, contudo, o branco consciente ou não do recebimento de privilégios vai continuar a recebê-los em uma sociedade que é marcada profundamente nos moldes racistas como a brasileira. Alguns acadêmicos brancos, geralmente aqueles que pesquisam sobre o negro, com a emergência desses estudos passam a desenvolver uma branquitude crítica, que o

historiador Lourenço Cardoso caracteriza como sendo uma branquitude que desautoriza o racismo publicamente, porém essa mudança só ocorreria após profunda reflexão sobre seu lugar racial (CARDOSO, 2008, 2010).

3.1 Estudos da branquitude: caminhos percorridos no Brasil

No Brasil a partir da década de 1990 a branquitude tornou-se um tema emergente nas pesquisas acadêmicas, mesmo com Alberto Guerreiro Ramos sugerindo a problematização do branco ainda em 1957. Mais de trinta anos após a publicação do trabalho pioneiro de Guerreiro Ramos, alguns autores se diferenciaram nas pesquisas sobre relação raciais ao tratar sobre este tema, apesar de ainda serem poucos seus trabalhos são relevantes. Na análise de literatura sobre a compreensão da identidade racial branca, Cardoso (2008) encontrou os seguintes pesquisadores: Alberto Guerreiro Ramos, (1995[1957]a); Edith Piza (2000: 97-125; 2002: 59-90); César Rossato e Verônica Gesser (2001: 11-37); Maria Aparecida da Silva Bento (2002a: 1-10; 2002b: 25-57; 2002c: 147-162); Liv Sovik (2004b: 315-325). Entre eles podemos incluir os seus Cardoso (2008; 2010 e 2014).

O trabalho de Ramos (1957a,b,c) como já foi supracitado foi de extrema importância nas pesquisas sobre as relações raciais como o primeiro a questionar e pensar o branco e sua branquitude em *A Patologia social do “branco” brasileiro* em 1957, sendo republicado em 1995.

Após a publicação deste trabalho, outros autores passaram a seguir a mesma linha de pensamento e pesquisaram sobre a branquitude no Brasil. Seguindo a linha cronológica de publicações temos a autora Edith Piza que trata da suposta ideia de que a invisibilidade racial branca seja uma das principais características da branquitude, em seus trabalhos *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu* (PIZA, 2000) e *Porta de vidro: entrada para a branquitude* (PIZA, 2002), onde a autora aborda o sentido de ser branco na sociedade brasileira. A autora compara metaforicamente o encontro do branco com sua identidade racial como uma pessoa desavisada e distraída que bate em uma porta de vidro.

[...] bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura e os gonzos de metal que

mantinham a porta de vidro. Isso resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. (PIZA, 2002, p. 61).

Nos dois artigos de Piza é tratada a ideia de invisibilidade racial do grupo branco. Através da metáfora Porta de vidro, que a autora salienta que o branco por não se enxergar como ser racializado tende a não se questionar, sempre estando atrás de sua “capa de invisibilidade”, entretanto, uma das alternativas que Piza dá para que haja a supressão dos traços racistas na construção de uma nova branquitude, seria a do branco passar a se enxergar sua própria racialidade, assim como enxerga a racialidade do não branco.

Ou seja, a consciência de si só é possível quando há o outro. A ideia de invisibilidade racial é defendida por alguns autores que segue nessa direção em seus trabalhos acadêmicos (Ware, 2004a: 34; Frankenberg, 1996b: 70-101; Rachleff, 2004 : 108), porém esse tema tem causado divergências no que diz respeito ao branco enxergar-se ou não como sendo possuidor de racialidade, e outros autores (Frankenberg, 2004: 307-338, Wray: 2004: 353), cujas opiniões a esse respeito eu concordo, com aqueles que defendem que a ideia de invisibilidade racial branca é errônea.

A própria Ruth Frankenberg acabou por rever seus conceitos, e agora afirma que a identidade racial não marcada dos indivíduos brancos não se sustenta. Matt Wray por sua vez vai discorrer que a ideia do branco invisível acaba por beneficiar, e neutralizar, novamente a perspectiva dos brancos, pois como estes não teriam autoconsciência de sua racialidade nem de suas vantagens simbólicas e materiais, não teriam condições de se problematizar. Esse autor afirma que essa branquitude invisível deixa de ter essa característica ao serem colocados em contraste o branco rico e o branco pobre, bem como, o branco dos países ricos e o branco dos países pobres. Para o autor,

[...] na lógica representacional da supremacia branca, os brancos pobres são percebidos como uma anomalia ameaçadora. São percebidos como anômalos porque, supostamente, não exibem a competitividade econômica, a aquisitividade material nem a inteligência condizentes com a raça superior. (...) Em suma, eles podem parecer brancos à primeira vista, mas há qualquer coisa de errado em sua branquitude, qualquer coisa que não é muito branca (WRAY, 2004, p. 342).

O artigo de César Rossatto e Verônica Gesser, *A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses*, que trata da branquitude enquanto tema de pesquisa analítica no Brasil e nos Estados Unidos. Para esses autores o conceito de branquitude seria de suma importância no processo da luta antirracista, e destacam a importância da educação para a conquista de resultados favoráveis à luta desde que houvesse a aplicação de uma pedagogia que contribua para que o padrão racial seja revisto. (Rossatto e Gesser: 2001: 11-37).

Sabe-se que a educação é uma das principais ferramentas de mudança social portanto, seria um dos principais métodos proposto por aqueles que defendem uma sociedade antirracista. Sobretudo se passar a abordar temas que se tornaram “tabus” na sociedade, como por exemplo, a educação de gênero, diversidade sexual e letramento racial. A educação, por sua vez, também possui o papel de conservação da ordem social, um instrumento do Estado que a utiliza para não abalar sua “ordem”. Assim, as escolas brasileiras seguem um padrão eurocêntrico de ensino e colocar a discussão de gênero ou racial dentro de sala de aula é uma forma de abalar esse padrão, que foi perpassado de geração para geração.

O texto *Branqueamento e branquitude no Brasil* (BENTO, 2002) argumenta trazendo a reflexão dos estudos sobre a branquitude e relacionando-os com a realidade brasileira. No Brasil, o branqueamento é tido como um problema unicamente do negro, que no momento em que se sentir desconfortável e constrangido em sua situação de negro, deve procurar meios para branquear sua negrura, miscigenando-se para distanciar-se, biológica e culturalmente, das características de sua identidade racial. Na verdade, para Bento, “...quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro” (BENTO, 2002, p. 25).

Desta forma, a hegemonia branca é legitimada, as desigualdades são justificadas, pois se culpa o negro pelo racismo e preconceitos que estes enfrentam. Esse processo fermentado em uma sociedade racista, como a brasileira, culmina na valorização do grupo branco e de tudo relacionado a ele, e na depreciação da imagem e de tudo que é ligado ao negro. Os artigos de Liv Sovik demonstram que os estudos na área de comunicação social são imprescindíveis para as pesquisas científicas sobre branquitude. A autora enquanto pesquisadora desta área reflete sobre o papel dos meios midiáticos para a reprodução de

estereótipos que depreciam a imagem do negro e permanecem favoráveis aos brancos. Crítica, também, o argumento de que discutir a respeito da branquitude no Brasil seria importar uma ideia estrangeira. Pensar sobre a branquitude em um país como o Brasil, com todas as suas singularidades, pode colaborar para se entender melhor as sutis formas de racismo na sociedade brasileira (Sovik, 2004a, p. 384).

Segundo demonstra o pesquisador Lourenço Cardoso, a branquitude, como tema de pesquisa analítica, emergiu a partir dos anos 2000, não deixando de salientar a importância de Guerreiro Ramos como precursor do debate sobre a identidade branca ainda na década de 1950. Cardoso aponta, em sua dissertação de mestrado, que a branquitude se caracterizaria por dois eixos: a branquitude crítica e a branquitude acrítica. Designa como possuidor de uma branquitude crítica aquele indivíduo branco que publicamente censura o racismo, entretanto, observo que apesar de consciência de sua identidade racial deter privilégios, e este rejeitar a ideia de superioridade racial, não deixa de ser possuidor de tais privilégios simbólicos. É denominado pelo autor como branquitude acrítica, indivíduos, geralmente vindos de grupos de ultradireita, neonazistas ou membros da Ku Klux Klan, que acreditam na veracidade da existência da superioridade da raça branca, não rejeitando as práticas racistas e por vezes sendo violentos. Todavia, a branquitude acrítica não pode ser considerada racista, visto que estas pessoas realmente acreditam na superioridade branca como sendo um fato, uma verdade absoluta (CARDOSO, 2008). Os termos branquitude crítica e acrítica surgem inspirados pelos *Critical Whiteness Studies*, pesquisas acadêmicas sobre a identidade racial branca nos Estados Unidos e no Reino Unido.

Cardoso (2014) em sua tese de doutorado, “O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil” (2014), aprofundou o tema, analisou pesquisadores brancos que estudam o negro, sem olharem para si. Isto é, o branco pesquisador que investiga o negro como objeto. Constatou que o pesquisador branco considerando-se como padrão humano universal único, normativo não possui autocrítica sobre suas práticas científicas, por isso, não questiona o seu lugar como pesquisador e também rejeita ser colocado no lugar de objeto de pesquisa, isto seria um decaimento de sua condição de branco.

Além desses trabalhos já citados, algumas produções coletivas delimitam como a branquitude vem sendo entendida e estudada até este ano, dentre elas estão “O dossiê

sobre a branquitude”, que é um documento publicado, em 2014, pela Revista Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e organizado pelos pesquisadores Lia Vainer Schucman e Lourenço da Conceição Cardoso. Esse trabalho agregou treze artigos que tratavam sobre a racialidade branca e cujo foco principal foi a realidade social e racial brasileira. (SCHUCMAN, CARDOSO, 2014).

Três anos depois Cardoso juntamente com a pesquisadora Tânia Mara Pedroso Muller organizaram recentemente o livro “Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil” (2017), que é a publicação coletiva mais recente a respeito da branquitude até o momento. A obra reuniu dezessete artigos, cujos autores advinham de diversas áreas do conhecimento o que nos deu a chance de pensar que a branquitude está sendo cada vez mais debatida no Brasil. Este escrito, por sua vez, fomenta o debate sobre a análise conceitual de identidade branca e, conforme Cintia Cardoso (2018) enfatiza, nos dá a chance de problematizar os trabalhos já elaborados, de refletir a respeito das vantagens que o ser-branco recebe e de como estas se entrelaçam com as esferas de poder da sociedade.

Cintia Cardoso (2018, p 42) nos diz que essa pesquisa traz a tona as especificidades da branquitude brasileira ao mesmo tempo que evidenciam sua importância para potencializar a luta antirracista. Com certeza essa obra marca a fase contemporânea dos estudos sobre a identidade racial branca no momento em que esta é colocada no centro das discussões acadêmicas no Brasil em sua esfera social.

Cintia Cardoso em sua dissertação de mestrado *Branquitude na Educação Infantil: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis* (2018) tratou sobre a branquitude como prática de poder expressa nas práticas educativo-pedagógicas em uma escola municipal de Florianópolis, já que os estudos sobre a identidade racial branca nos trazem o desafio de ampliar o foco das pesquisas a respeito das relações étnico-raciais na esfera educacional, no sentido de se buscar a compreensão de como se dá a construção dessa relação. A autora aponta a supervalorização da figura dos brancos dentro da escola analisada, e concomitante a isso ocorre a desvalorização daqueles que pertencem a outros segmentos culturais e raciais como os indígenas e os negros. A criação dessa desvantagem racial nada mais é do que o reflexo autêntico da desvalorização que permeia todas as estruturas sociais. Pela mesma razão a escola se torna o reflexo da sociedade na qual está inserida e as desvantagens raciais de crianças não-brancas são apresentados por meio de vantagens

materiais e simbólicas, e é nessas relações que o trabalho é construído. Cardoso (2018) é até o momento, a autora com o escrito mais recente sobre a temática da branquitude no Brasil os quais as minhas fontes apontaram.

4. AS NUANCES RACIAIS DO CEARÁ

A organização étnico-racial brasileira é complexa e não foi talhada para ser harmônica, e igualitária, como podemos ver em qualquer país que se tornou colônia, antes é marcada pelos vieses do racismo e da discriminação. Afinal, os espaços ex-colonizados ainda carregam as marcas profundas do colonialismo. Gonzáles e Hasenbalg (1982, p. 89-90) enfatizam a raça como um conceito social e historicamente construído, que funciona como uma característica criteriosa no que diz respeito à distribuição das pessoas na hierarquia social. Os autores nos alertam sobre como a raça se relaciona profundamente com a reprodução de classes sociais, dispondo os sujeitos nas classes a qual eles devem pertencer conforme os fenótipos que marcam a sua raça.

Pesquisar a respeito da raça no território brasileiro se tornou comum nos estudos voltados para as ciências sociais, mas ao mesmo tempo acabou por se tornar uma temática repleta de reviravoltas e surpresas que sempre há algo novo dentro desse tema. Lilia Moritz Schwarcz, ao apresentar o livro *O negro no mundo dos brancos* (2007) de Florestan Fernandes, destaca

O fato é que raça cor ou mistura foram sempre assuntos essenciais entre nós e sobre nós, surgindo ora como motivo para a exaltação, ora como sinal de descrédito. A questão também se vinculou à ideia da identidade nacional, uma vez que, sobretudo a partir do século XIX, era por meio da raça que definíamos a nossa particularidade: um Brasil branco e indígena na imagem idealizada do Segundo Reinado; um país branqueado na concepção corrente na virada do século XIX para o XX, ou já nos anos 1930, uma nação “divinamente mestiça”, nesse contexto em que o cruzamento de raças e culturas virava símbolo do Estado. (2007, p. 12)

Gilberto Freyre (2003) no livro *Casa-grande e Senzala* discorre sobre a constituição racial brasileira, onde trata sobre a harmonização das três raças, o indígena, o europeu e o negro escravizado, narrando o Brasil como um suposto e fantasioso paraíso

racial para se viver. O autor elogia a experiência portuguesa de colonização, inaugurando a visão positiva acerca da divisão étnica-racial do Brasil e da mestiçagem, valorizando essa última e afirmando como a mestiçagem traz aspectos positivos na formação da sociedade brasileira. Esse intelectual afirmava que não havia racismo na colonização portuguesa, apontando a colonização como uma forma de equilibrar os opostos raciais existentes nesse território. O que se mostra em desconformidade com a realidade de qualquer país que viveu sob o regime colonial. A convivência harmônica das três raças nunca existiu, nossa racialidade é marcada por profundas tensões, desigualdades raciais e discriminações raciais injustas desde a expansão colonizadora até agora.

O paraíso étnico pensado por Freyre em *Casa-Grande e Senzala* (2003) nunca existiu na realidade, a teoria das três raças convivendo em harmonia se transformou em uma fábula limitativa sobre as origens da sociedade brasileira, o louvor à miscigenação como uma maneira de coexistir sem preconceitos é um erro do autor. A obra de Freyre (2003), em seu cerne, corrobora substancialmente para a criação do mito da democracia racial e para uma idealização do branqueamento como norma. Sobre esse mito romântico, e mítico, da harmonização das três raças Florestan Fernandes (2007, p. 47) enfatiza que a chamada democracia racial não possui consistência e do ponto de vista dos negros, acaba por constituir um mito cruel.

4.1 As controvérsias da mestiçagem no Brasil

Por séculos, ser mestiço no Brasil significava ser o fruto de uma relação interracial, não se pensava sobre o que de fato é ser mestiço. Em um país que é racializado até o âmago permanecer sem refletir sobre si mesmo pode deixar o sujeito com marcas invisíveis profundas, e de constante dúvida sobre si. Afinal, o que é ser mestiço/pardo, para além da cor da pele?

Espera-se que no decorrer deste tópico essa pergunta seja problematizada. Sobre o fenômeno da mestiçagem no Brasil, Florestan Fernandes (2007) afirma que o mestiço se diferenciava do negro e do branco, ocupando posições sociais que não eram tão altas quanto às dos brancos, mas não eram tão inferiores quanto às dos negros, assim era considerado essencial para o equilíbrio do sistema de dominação escravista. O autor

coloca sua discussão acerca do processo de miscigenação como um mecanismo que é eficaz na absorção social do mestiço. Para ele

O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da “raça dominante” – ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista. (FERNANDES, 2007, p. 44)

As relações de poder baseadas na raça manifestadas hoje no Brasil nos mostram que esses mecanismos ainda funcionam. As técnicas de dominação podem até não ser as mesmas do período escravistas, tendo passado por transformações ao longo dos séculos, mas o intuito de manter os aspectos de “superioridade” e “inferioridade” de determinada raça permanecem inalterados. De certo modo os meios de dominação e estratificação racial e social foram construídos para um mundo, como aponta Fernandes (2007, p. 43), de brancos para brancos, onde todo aquele que divergir da branquitude imposta deve ser alocado em um lugar social, e racial, de estratificação e inferioridade.

Os mestiços tentariam buscar formas de ascender socialmente para fugir desse fardo, objetivando entrar no mundo dos brancos e obter sucesso lá através da infiltração (FERNANDES, 2007, p. 43). Essa ascensão seria obtida através da associação com o branco, esquecendo seu pertencimento étnico, ou nunca olhando para ele. Quanto mais próximo do branco o mestiço se torne, mais ele se distanciará de seus antepassados negros. Ou seja, o mestiço seria educado para à imagem e semelhança do senhor branco, por conseguinte, ele estaria pronto para pensar e agir como os brancos.

Quando em uma pesquisa se problematiza o mestiço o pensamento se volta para a relação entre o português e o africano, criando uma dualidade racial que deixaria o indígena de lado (CARDOSO, 2018, p. 35). Sobre isso Lourenço Cardoso (2018) enfatiza que a tríade formadora da sociedade brasileira, marcada pela relação entre indígenas, africanos e portugueses, deu lugar para uma díade matriz constituída pela relação português-africano. Essa transformação marcou o nosso modo de pensar a raça, isso também se expressa sob o uso do conceito étnico-racial. Assim, na dualidade branco-negro, criada pelo branco, colocaria a si mesmo em patamar superior e, ao africano sobreria o espaço da inferioridade, lugar de discriminação racial injusta e resistência a isto. Enfatizo, portanto, que na hierarquia racial o mestiço estaria no meio do caminho

entre o branco e o negro, por vezes estando distante desses dois segmentos raciais, estaria o mestiço em um limbo racial? Em uma relação de dualidade racial, como ficam sendo pensadas as outras racialidades? Esses são os questionamentos que fiz durante a leitura do artigo *O modo de pensar a razão dual racial: a branquitude e o mestiço-lacuna* (2018). No texto o autor aponta como essa dualidade produz uma epistemologia do negro, onde o branco segue em um silêncio confortável sobre sua racialidade, se tornando, por diversas vezes, invisível, entretanto, corrobora para a visibilidade do outro. Esse modo de pensar a dualidade racial preto-branco só seria superado com a abolição do racismo.

De forma geral, a ideia e a história do mestiço brasileiro estão ligadas ao modo de pensar da razão dual racial. Pensamos no mestiço como fruto das três “raças matriz”, ou mais preponderantemente “díade matriz”, após o “isolamento” ou “escanteamento” do indígena. Na verdade, os primeiros brasileiros são oriundos do português e da indígena, depois do português e da africana, da mesma forma da relação africano-indígena, do português-portuguesa, africano-africana e ameríndio-ameríndia. Contudo, a relação predominante será entre o português e a indígena, depois entre o português e a africana. (CARDOSO, 2018, p. 41)

Desta forma, para Cardoso (2018) o mestiço pode ser considerado a principal forma de identidade nacional no Brasil, tendo em vista o quanto a miscigenação foi louvada em nosso território, se tornando assim a manifestação autêntica de brasilidade. O mestiço, portanto, poderia se passar por branco caso seus traços fenóticos o permitam, também poderia passar-se por negro se os mesmos traços o configurassem a esse segmento racial.

A mestiçagem é um tema de pesquisa controverso, em algumas obras ela é vista como negativa somente pelo fato de ter o componente não-branco na mistura racial, o que poderia afetar o processo de branqueamento racial no Brasil. E em outras obras a mestiçagem é vista positivamente por alguns autores no sentido de evidenciar como a constituição racial brasileira pode ser harmônica, onde o mestiço se torna exemplo de identidade nacional.

Nesse sentido, Kabengele Munanga (1999, p. 18) assegura que a mestiçagem não pode ser concebida somente pelo viés biológico entre populações distintas, antes teria de ser interpretada por um viés marcado pelas diversas ideologias a respeito do conceito de raça. O mestiço seria, portanto, um sujeito científico e popular.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Ceará o número de autodeclarados negros aumentou consideravelmente de 2012 até 2018, chegando até a 5,3% da população, apesar desse aumento o Ceará é o estado do Nordeste com o menor índice de autodeclarados negros. No senso cearense feito através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) os mestiços/pardos somam a maior parte, englobando 65,7% da população. O que nos chama a atenção nesta pesquisa é a redução da população declarada branca, onde são 28,2% da população (IPECE, 2019, p. 7) Apesar desse fato curioso, nesta pesquisa não iremos nos aprofundar no motivo do número de negros aumentar, ou o porquê o número de brancos estar diminuindo. Iremos nos concentrar na quantidade de mestiços/pardos presentes em território cearense e o que este aumento significa.

4.2 As controvérsias da mestiçagem no Ceará

A mestiçagem no Ceará ocorreu de forma semelhante a outros estados, os pardos em nosso estado, assim como em outros assumiu um lugar na hierarquia racial controverso e confuso, ora vista de forma positiva pelo caráter de identidade nacional, ora vista como negativo por possuir uma pertença étnica-racial vinculada aos negros. Ainda há, segundo Frantz Fanon (2008), uma alternativa onde o pardo assumiria uma posição ainda mais complexa e controversa na hierarquia racial do Ceará, que é a de completa alienação de si. Na hierarquia racial, portanto, o pardo estaria no meio, com os sujeitos brancos assumindo um lugar de superioridade sobre todos, e os negros no nível mais baixo. O pardo estaria, como já mencionei acima, no meio do caminho entre brancos e negros, onde possuiriam negrura demais para desfrutar das vantagens dos brancos, mas seria claro demais para sentir-se negro. Declarar-se pardo no Ceará é, por sua vez, assumir um posicionamento que não exige muita reflexão a respeito, é uma resposta automática dizer-se pardo, o racismo e preconceitos internalizados se exprimem nessas respostas. O menor índice de negros do Nordeste evidencia como o Ceará enxerga o negro, por mais que não se reflita profundamente, os cearenses sabem internamente que assumir-se negro é tido como degradante, assim o pardo seria a categoria que está em vantagem sobre o negro, mesmo que o desejo desse sujeito pardo seja tornar-se branco.

Em um país fortemente racializado não é nenhuma surpresa querer se distanciar do segmento racial que tanto enfrenta na pele, literalmente, as diversas faces do racismo

no Brasil. Buscar embranquecer é entender como a hierarquia racial funciona em nosso país, é um posicionamento ideológico, bem como, buscar enegrecer também o é. Afirmar-se pardo seria uma forma efetiva de embranquecer e o aumento de pardos mostra em números como está acontecendo o fenômeno de embranquecimento da raça no Ceará.

O pardo/mestiço cearense não é negro, mas também não é branco, fugir dessa razão dual racial (CARDOSO, 2018) deixa muitos com dificuldade de entender sua identidade racial em meio a essa complexa construção racial. Em um país miscigenado como o Brasil isso não é uma grande surpresa, no Ceará a realidade nacional se reproduz de certa maneira, onde o branco e o negro tem, historicamente, lugares bem definidos. Temos uma cor para quem serve e uma cor para quem ocupa cargos de chefia em qualquer organização, por isso a identidade negra foi negada durante muitos anos, e ainda hoje, no Ceará, como se existisse um tom pejorativo que é diretamente ligado a palavra negro ou de tudo que pertença a esse segmento racial.

Ser negro é lidar com todas as complexas questões raciais como a desigualdade racial e suas nuances estruturais e sistêmicas, e quando alguém se declara pardo, consciente ou inconscientemente, toma a decisão de se distanciar dessa pertença, em um óbvio posicionamento na hierarquia racial cearense, e nacional, onde este não deseja para si o “peso” que ser negro traz.

O pardo/mestiço pode também ser confundido como um negro de pele mais clara, enfrentar dificuldades semelhantes aos dos negros de pele mais escura, mas se alisarem os cabelos e/ou mudar seus traços fenóticos podem se passar por brancos em alguns espaços, apagando a ancestralidade negra de suas vidas, isso é o resultado do branqueamento que nosso país passou, onde até a nossa mente foi branqueada. Esse pensamento permanece vivo e se reproduz até hoje. Falaremos mais sobre rejeição da pertença negra no tópico seguinte.

4.3 O negro e o branco no Ceará: um caso de invisibilidade e rejeição

Mesmo com o crescimento dos que se autodeclaram negros no Ceará, ainda é um número muito menor se compararmos com outras regiões do Nordeste. Uma hipótese plausível para justificar esse crescimento de autodeclarados negros no Ceará, é a do aumento de atividades do ativismo negro em nosso estado.

O artigo *População negra no Ceará e sua cultura* (2010), dos autores Marlene Pereira dos Santos e Henrique Cunha Junior trata acerca da relação existente entre a negação e inviabilização dos negros em nossos locais. Quando falamos sobre negritude associamos este conceito sempre ao continente africano como se não houvesse negros em nosso estado, como se não houvesse necessidade de falar sobre a negritude cearense.

No decorrer da leitura percebo que muitos de nós ao tentarmos implementar a Lei nº 10.639/03 reforçamos o imaginário social da não existência de negros no Ceará, visto que enfatizamos muito a negritude africana presente em nosso estado, e nesse mesmo processo ignoramos a negritude cearense. Tendemos a tratar o negro como estrangeiro, como se a ideia de haver populações negras cearenses fosse inconcebível.

No texto os autores destacam o nome de dois municípios, Mulungu e Mombaça, e suas origens africanas, mas o interessante é que Mulungu é uma terra indígena, e só a presença indígena é considerada, deixando de lado a história negra do lugar, apagando a presença negra dessa região. Como é ser negro em um estado que mata negros constantemente? Como esse fator contribui para a auto afirmação da identidade de um sujeito?. Tratamos no tópico acima sobre a dualidade branco-negro, refletindo sobre quais desses seriam considerados positivos e negativos pela sociedade cearense. Em nosso estado é comum afirmarmos a descendência indígena e branca, e sobre os negros diz-se que eles foram embora para outros estados, é a história que se conta para justificar a fábula da não existência de negros no Ceará. O texto nos diz que a riqueza econômica do referido estado se deu a partir da forte presença negra enquanto mão de obra escravizada. Comprendemos que o processo colonizador não se deu somente pela força braçal dos escravizados, mas também houve a exploração de diversos conhecimentos sobre a produção de várias plantações, construções, extração de minérios, etc. Ou seja, os negros africanos não trouxeram somente sua força, mas também todo seu conhecimento técnico.

O artigo traz muitos exemplos e elementos da cultura negra no Ceará, assim, se há a cultura negra também há o povo negro cearense. A capoeira, os reisados, os maracatus, os sambas, entre outros, são exemplos das manifestações de africanidades do Ceará, bem como, são também manifestações de resistência. Assim, podemos concluir que tentar entender esses processos é tentar compreender nossa história cearense e nossa identidade negra.

A negação da presença negra se dá, principalmente durante o processo de libertação dos escravizados no Ceará, onde os abolicionistas brancos se colocaram como líderes do movimento, onde tratavam os negros escravizados como passivos demais para se libertarem sozinhos e por conta disso, eles é que teriam de falar por todos os negros. Ao negro foi negada sua participação nos discursos e mobilizações, e quando em 25 de março de 1884, data que marcou a abolição da escravatura cearense, os negros foram tidos como uma raça libertada pelos brancos abolicionistas, e não como aquele que buscou sua própria libertação, assim esses abolicionistas ficaram conhecidos como aqueles que lideraram a população negra cearense rumo à liberdade. Com o passar dos anos, os negros vão ficando à margem do abolicionismo, e da vida social, se formos comparar com os louvores que os brancos receberam nesse processo de libertação. (MARQUES, 2013).

O escanteamento do negro na história do Ceará se dá, como vimos acima, desde o período pré-abolição da escravatura até os dias de hoje. Nos mostrando que existem diversas formas de tornar um segmento racial invisível, entre elas se destacam a negação de sua existência, a inferiorização e desvalorização de tudo que se relaciona com a sua cultura e seu fenótipo, dentre outras. No que concerne a história da constituição étnica-racial do território cearense todas elas foram utilizadas com o intuito de expurgar a presença negra desse estado. A história da invisibilidade negra no Ceará diz muito a respeito de como o cearense enxerga a presença africana em sua constituição étnica e cultura, ao mesmo tempo que o negro se torna invisível, o branco não é pensado sob o viés da invisibilidade, antes é o padrão de humano a ser seguido, mesmo que não se fale abertamente sobre esse padrão, sabe-se que para muitos ele é o melhor ou pelo menos a garantia de oportunidades mais vantajosas. Enquanto a população negra presente no Ceará é tida como estrangeira, o branco seria também estrangeiro?. Acredito que não, como padrão de existir enquanto humano, e cultura, o sujeito branco é mais aceito como pertencente à cultura cearense, como se sempre tivesse existido aqui, visto que é mais aceitável acreditar que o Ceará se constituiu através da mistura de indígenas com brancos, do que colocar o negro dentro do panteão de constituição étnica desse estado.

Conforme mencionado anteriormente a presença negra cearense hoje se afirma e resiste através de manifestações culturais como o maracatu, os reisados, dentre outros, desta forma percebemos que a presença negra vai para além da mistura biológica e encontra na esfera cultural o meio de existir em um estado que nega sua existência. A

presença cultural branca, por sua vez, não precisa se afirmar para resistir, pois ela nunca foi sucateada no Brasil. A participação branca em nosso estado, para além da cor da pele, nunca teve de ser questionada ou pensada, sempre interpretada como o centro que sempre esteve aqui, não é pensada nesse sentido como estrangeira. Dessa maneira, a resistência às opressões que a cultura negra enfrenta, marca não só sua força de continuar a resistir, como também, a luta contra a cultura hegemonicamente branca. A pertença étnica e racial branca no Ceará é marcada não pela luta e resistência, mas pela naturalização. O que constituiria a cultura branca no Ceará?.

O pertencimento étnico-racial também é uma escolha política, ser negro ser branco e ser mestiço no Ceará é uma escolha ideológica. Ser branco é ocupar uma posição confortável diante dos demais segmentos raciais, ser pardo também. Ambos, ocupam um lugar social de não-incomodo, tendo como pano de fundo o mito da democracia racial. Haja vista esse pensamento, colocar o branco e o pardo como objeto de pesquisa é retirá-los de seu lugar confortável, para o branco, especificamente, soa como uma forma de retirada de privilégios.

Tecendo um diálogo entre Frankenberg (1999) e Joyce Lopes (2013), onde a primeira nos propõe a realizar um exercício de localização para compreender a identidade branca em determinado espaço e tempo. Joyce Lopes (2013, p. 144), por sua vez, nos convida a pensar a branquitude como uma categoria histórica e relacional com significados construídos socialmente. Essa autora concorda com Ruth Frankenberg (1999) no que diz respeito a pensar a branquitude de acordo com a época e lugar.

Joyce Lopes (2013) chama nossa atenção para as variações que a branquitude passa de uma região para outra, bem como, de um tempo para outro. Ou seja, a branquitude se transforma, como qualquer identidade racial e étnica, ela se movimenta, não permanece estática. Ela influencia o meio e, ao mesmo tempo, é modificada por ele. A partir disso compreendo que o branco cearense é diferente, por exemplo, do branco paulista, dadas as dinâmicas raciais que são diferentes em cada região. Sua característica de branco e seus fenótipos são semelhantes, mas a história com que cada estado lidou com as relações étnico-raciais influencia em como esse branco se construiu com o passar dos anos. A esse respeito Cintia Cardoso (2018, p. 30) determina que

A branquitude se expressa de maneira similar, em muitos contextos seja no Brasil ou fora dele, no entanto, não se pode simplesmente transportar

uma análise realizada em um determinado país para outro. Por exemplo, no contexto brasileiro, requer análises específicas de como a branquitude se expressa pelas particularidades e dimensões complexas que as relações raciais por aqui assumem.

Em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), Frantz Fanon abre o entendimento sobre os aspectos do racismo influenciam na construção mental do ser humano, além de demonstrar que o branco não é a norma, mas nomeia tudo aquilo que se difere dele como “anormal”, e a partir disso ele se nomeia. Mas sabemos que existe uma norma que oprime, rejeita e afeta o campo psíquico de todos que não se encaixam nessa norma, deixando marcas profundas nesses fenótipos que desde o nascimento sentem a rejeição na pele. O autor nos diz que os ataques racistas fazem com que a pessoa negra entre muito dentro de si mesma, com o branco acontecesse o mesmo, onde ele entra dentro de si. Entrar dentro de si mesmo, é fechar-se em sua própria subjetividade, em seu mundo interior, nesse contexto aquele que difere de sua pertença étnica e racial não é bem-vindo, não é aceito. Fanon (2008) destaca que o negro tem duas dimensões de ser e existir: uma com outro negro e a outra com o branco. Teria o branco duas dimensões de existir?. O sujeito branco seria o mesmo em todos os ambientes?. O branco mostraria ainda mais sua branquitude no contato com seus semelhantes ou no contato com o negro?¹

O ser branco se constituiu no Ceará como uma estrutura de poder, que se apoia, nomeia a si mesmo e aos outros, negam aqueles que fazem parte do segmento não-branco e se afirmam positivamente, enquanto o outro, e sempre ele, fica em um lugar social e racial de subalternização. Assim, quem difere da norma hegemônica branca incomoda aqueles que compõe o “padrão” de ser, e está introjetado socialmente que esse comportamento é o certo.

No tópico a seguir teceremos uma discussão acerca das nuances raciais presentes no cotidiano escolar, evidenciando como a branquitude cearense se expressa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental a partir das observações e regências feitas por meio de atividades do PIBID-Pedagogia/Ce.

5. AS EXPRESSÕES DA BRANQUITUDE CEARENSE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Iniciamos aqui o debate sobre o sistema de colaboração educacional existente no estado do Ceará que é reconhecido positivamente por esse sistema, as autoras, Vieira e Vidal (2013), fazem uma análise usando três eixos que julgam indispensáveis para se entender a colaboração cearense, que são a colaboração entre estado e municípios, a colaboração entre estado, municípios e escolas e a colaboração entre escolas, por meio de incentivos técnicos e financeiros induzidos pelo governo estadual. Esses três eixos analisados foram/ são constituídos em períodos políticos e históricos diferentes e apesar dessas diferenças que por si só são marcantes, foi/é possível perceber que a soma das forças foi maior que a divisão que as divergências causariam. Para situar o debate, as autoras discorreram sobre os entes federados e suas responsabilidades sobre a educação, salientando que a cooperação está prevista pelos meios legais, mesmo que os que compõe as esferas de governo se modifiquem com o passar do tempo. Essa aproximação das esferas de governo busca a qualidade, o desenvolvimento e o direito à educação mediante a transferência de ajuda técnica e financeira entre a União, os estados e os municípios. Diversas iniciativas foram tomadas visando essa proximidade, como, por exemplo, programas de fortalecimento da municipalização como o Plano de Ações Articuladas, o Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação e o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (VIEIRA; VIDAL, 2013).

Vieira e Vidal (2013) trazem a reflexão de que a colaboração é uma construção histórica, e que para se fortalecer precisa de confiança mútua, bem como, disposição. Cada estado que possui esse sistema de colaboração possui, também, trajetórias diferenciadas. Neste ponto nos compete expor que a municipalização da educação cearense é uma construção constante, pois foi buscada durante muito tempo e agora busca uma aproximação entre os governos estaduais e municipais. A história da colaboração no Ceará está associada ao enfrentamento das condições de pobreza do estado, usando esse meio como forma de erradicar seus próprios problemas. Ao olhar os índices podemos interpretar o Ceará como o estado com alta municipalização feita através da colaboração.

Essa contextualização sobre a educação cearense colabora para o entendimento de como se dá a dinâmica educacional nesse estado, desse modo, iremos nos debruçar especificamente sobre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Irei tratar aqui sobre as experiências vivenciadas no PIBID-Pedagogia/Ce de agosto de 2018 à outubro de 2019, nas turmas de primeiro e quarto ano em duas escolas municipais, uma em Redenção-Ce a outra em Acarape-Ce.

A branquitude cearense expressa-se nas escolas sob uma perspectiva de falsa invisibilidade, sabemos que o ideal branco está presente nos currículos, nas metodologias e nas relações professor(a)-aluno(a), mas não de forma evidente e sim de maneira naturalizada, naturaliza-se práticas que privilegiem a branquitude, ao mesmo tempo que inferioriza-se aquilo que diverge dele. Todas essas ações dificilmente são declaradas abertamente, antes passamos pelo processo de naturalização de uma superioridade que é branca, e como um segmento racial é tido como superior, os outros, logicamente, ocupam os espaços subalternos dentro da escola. As práticas de racismo, de discriminações raciais injustas e de preconceitos raciais são velados pela escola, entretanto, a escola é o espaço que reflete nossa sociedade, inclusive seus conflitos. A escola não está à parte dos conflitos raciais do país, e do Ceará, eles permeiam por todos os seus espaços, moldam sujeitos e influenciam na manutenção de privilégios do segmento racial branco.

As infâncias racializadas são marcas profundas em território cearense. Tanto a criança negra, quanto a parda, a indígena e a branca carregam consigo as marcas raciais que a sociedade lhes impõe. Trazendo toda essa bagagem para dentro das escolas, onde se socializam em um ambiente que corrobora para que os privilégios de uns e a subordinação de outros sejam incentivados e mantidos, mesmo que de forma velada. Flávio Santiago (2015) adota o conceito de racialização como um processo político e ideológico pelo qual as populações são identificadas, direta ou indiretamente, pelas suas características fenotípicas. O autor aponta como esse processo se constitui nos espaços institucionais de educação, evidenciando como este espaço se constrói tendo a racialização como elemento mediador das relações interpessoais entre crianças e, crianças e docentes.

Esse processo estabeleceria hierarquizações dentro do espaço escolar, bem como desapropriações dos pertencimentos étnicos e raciais das crianças negras. Esse processo não ocorreria somente na educação infantil, entretanto, estaria presente em todas as relações estabelecidas e nas etapas da Educação Básica. Neste trabalho evidenciaremos como essas hierarquias se moldam no Ensino Fundamental, em específico nos Anos Iniciais. A racialização estabelece privilégios simbólicos e materiais para determinado segmento racial, geralmente as crianças brancas desfrutam disso, a escola as beneficia mesmo que não se deem conta. As crianças negras internalizam essas hierarquias dentro de si e podem desenvolver complexo de inferioridade. As crianças brancas, por sua vez, internalizam outro tipo de complexo, o de superioridade. E mesmo que crianças de

diferentes segmentos raciais frequentem a mesma escola e os mesmos espaços, elas vão construir sua subjetividade de maneira diferente. Fanon (2008) reflete que esses complexos são o resultado do processo de construção dos afetos para a pessoa negra isso está relacionado aos seus traços fenóticos e culturais que são desvalorizados, e para a pessoa branca isso se liga aos seus traços moldando-se como o padrão de existência. Ou seja, uma criança branca constrói, no espaço escolar, sua subjetividade de forma mais positiva do que uma criança negra.

Dessa maneira, as regências realizadas pelos bolsistas durante o período de catorze meses, tempo delimitado para esta pesquisa, conseguiu recolher falas das crianças que evidenciam a hierarquizações das relações raciais no contexto escolar. Este trabalho conta com registros fotográficos, descrição das observações feitas, alguns planos de aula elaborados pelos bolsistas que corroboram para uma educação antirracista e as falas das crianças, antes e após essas regências, com o objetivo de relacionar, problematizar, e pensar a presença da branquitude no processo de ensino e aprendizagem. As experiências serão narradas inicialmente tratando sobre as turmas de 1º ano, em seguida trarei aquelas vivenciadas no 4º ano.

5.1 – A presença da branquitude no 1º ano do Ensino Fundamental

Fui a campo em agosto de 2018, onde inicialmente observei a turma de primeiro ano dos Anos Iniciais, como se tratava do segundo semestre as crianças já estavam bem adaptadas à rotina escolar. Durante os meses iniciais de ação do subprojeto do PIBID-Pedagogia observamos as interações estabelecidas pelas crianças dentro da unidade educativa, localizada em Redenção no Ceará. As crianças em sua maioria eram mestiças, poucas eram negras e algumas eram brancas. As relações étnico-raciais se mostraram dentro do contexto escolar de diversas maneiras, entre elas destaca-se a forma notadamente diferente na qual a professora tratava os alunos negros dos alunos brancos. Como chegava cedo, geralmente antes do sinal tocar para o início das aulas, vi o momento que a docente estava na porta para acolher as crianças. Às crianças brancas ela sempre se referia como “minha princesa” ou “meu príncipe”, “minha linda” “meu lindo”, entre outros termos carinhosos, já às crianças negras ou mestiças ela só se referia a elas pelo nome, nunca por apelidos carinhosos. As crianças pareciam naturalizar e interiorizar essas diferenças de

tratamento, então não reclamavam diretamente, mas o silêncio constrangido delas, que durava alguns minutos, dizia muito. A ação da professora contribui para a manutenção das desigualdades raciais e preconceitos raciais dentro da escola.

Quando passei a realizar regências trazendo a temática das relações étnico-raciais optamos por desde o começo deixar que as crianças falassem sobre o que elas entendiam por racismo, por preconceito, entre outros termos. Exponho nesse momento que os nomes das instituições de ensino e dos bolsistas que participaram junto comigo no PIBID-Pedagogia foram preservados.

Destaco a regência do mês de novembro para de extrema relevância para a percepção que as crianças têm acerca de sua própria identidade racial. Eis abaixo o plano de aula realizado:

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID)**

PLANO DE AULA

1 IDENTIFICAÇÃO

Escola: Escola Liberdade		Data: 14/11/2018 – Duração: 2h
Tema: Novembro negro	Série: 1º ano	Turma: A
Bolsistas: Bolsista A; Lya de Aquino Silva.	Turno: Manhã	

2 PLANO

Objetivos	Conteúdo programático	Recursos
-----------	-----------------------	----------

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Refletir sobre a questão racial em um contexto local ➤ Conhecer aspectos históricos que caracterizam o dia 20 de novembro – dia da Consciência Negra ➤ Adquirir noções sobre a diversidade racial e étnica na população brasileira ➤ Aprender a respeitar as diferenças pessoais 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ciranda com musicalidade africana ➤ Contextualização, debate e amostra sobre a diversidade étnico-racial no Brasil ➤ Atividade artística com pintura ➤ Exposição externa 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Caixa de som ➤ Pen-drive ➤ Fotos ➤ Folhas A4 ➤ Pincéis ➤ TNT ➤ Tinta
---	---	--

A partir desse plano de aula discutimos, eu e o colega bolsista, com as crianças a respeito das relações étnico-raciais presentes em nosso território, onde realizamos um breve panorama histórico da construção do dia da consciência negra e sua importância na escola. A partir disso, levamos para a sala de aula, uma abordagem sobre a diversidade de pessoas no meio em que vivemos, no qual construímos junto com os alunos noções sobre a diversidade racial e étnica que existe no Brasil, ao mesmo tempo em que se incentivará o respeito a essas diferenças, independente de raça, cor, gênero ou classe social. Durante esse dia a fala de duas das meninas negras nos chamou a atenção, trago então o registro retirado de meu caderno de campo:

- Eu sei que minha cor é linda. Tem gente que chama meu cabelo de feio porque ele não é liso, mas eu gosto dele assim. Fico triste quando alguém diz que ele é feio
- Seu cabelo não é feio, ele é macio, parece uma nuvem.

A fala dessas duas alunas demonstra duas coisas, a primeira é a tristeza por não ter sua beleza reconhecida e valorizada por trazer em seu corpo os traços fenotípicos negros, e a segunda é a resistência aos padrões de beleza que a excluem. A menina ao se achar bonita mesmo que não seja igual ao padrão branco e liso e beleza, rompe com os padrões sociais, se empodera, se ama, construímos assim um mural da diversidade com pessoas que trabalham na “Escola Liberdade” como a fotografia mostra a seguir

Figura 1:



Fonte: acervo da autora (2018)

As crianças brancas dificilmente teriam de enfrentar o mesmo processo, pois seu fenótipo é o desejado, sua subjetividade é construída positivamente desde a entrada da escola. O plano de aula abaixo evidencia nosso trabalho em prol de uma educação antirracista em outra turma de 1º ano

1 IDENTIFICAÇÃO

Escola: Escola Liberdade		Data: 14/05/2019 – Duração: 4h
Tema: Um novo olhar: África sem estereótipos	Série: 1º ano	Turma: A
Bolsistas: Bolsista A e Lya de Aquino Silva.	Turno: Manhã	

2 PLANO

Objetivos	Conteúdo programático	Recursos
-----------	-----------------------	----------

<ol style="list-style-type: none"> 1. Entender a dimensão histórica e geográfica do continente africano como uma diversidade 2. Conhecer os aspectos culturais do país Cabo Verde 3. Exercitar a escrita por meio de atividades enraizadas nos saberes afro-brasileiros/africanos/cabo-verdianos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acolhida matinal 2. Predição: A África que desconhecemos 3. Visões distorcidas a respeito do continente africano 4. Historiografia da África e a diversidade cultural africana 5. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) 6. Explicação sociocultural sobre Cabo Verde 7. Contação de história: livro <i>A semente que veio da África</i> 8. Atividade dirigida para casa 	<p>Notebook Datashow Livro <i>A semente que veio da África</i> Pincéis Quadro branco Globo Mapa mundi Caixa de som Celular Lápis Caderno</p>
---	---	--

Nessa aula perguntamos às crianças o que elas pensavam quando dizíamos a palavra África, a maioria respondeu que pensava em fome, em seca, em animais selvagens, e em pessoas negras. A partir disso conversamos a respeito da existência de negros no Brasil e no Ceará, buscando quebrar o estereótipo do negro como sendo sempre o estrangeiro. Durante a pesquisa e reflexão dessa prática educativa me questionei se o negro é tido como o estrangeiro, aquele que não pertence ao Ceará, onde estaria o branco nesse contexto?. O branco seria aquele que sempre esteve aqui, seria o “dono” desse território e por isso seu papel não haveria de ser questionado, mas nos estudos da branquitude ele passa a ser.

Utilizando recursos geográficos de localização, como o globo terrestre e o mapa mundi, conduzimos em sala de aula uma roda de conversa sobre o continente africano, apresentando sua amplitude territorial, diversidade social e divisões linguísticas. Inserindo-se principalmente na temática dos países que têm a língua portuguesa como oficial, e inserindo-se na cultura de um país em específico, que, no caso, foi Cabo Verde. Posterior a esse momento realizamos a leitura do livro mencionado no plano de aula acima. A fala de uma aluna branca foi registrada em meu caderno de campo:

- Eu sabia que vários países falam a nossa língua, por causa da UNILAB, meu irmão estuda lá e me disse. Ele falou que os brancos

exploravam e machucavam os negros. Meu irmão disse que hoje os brancos machucam os negros de outro jeito.

A interessante fala da aluna branca nos mostra como ela aprendeu sobre o processo de colonização, mesmo que esse período não seja explicado profundamente pela criança, sua fala nos mostra como a mesma enxerga as diferenças raciais presentes no município em que vive. Durante a construção de um baobá de materiais recicláveis ouvi a conversa de duas crianças negras:

- Eu queria ter cabelo liso. Um menino lá da minha rua disse que ele parece um bombрил.

- Também já ouvi isso, mas minha mãe mandou eu não ligar. Ela prendeu meu cabelo.

Mais uma vez, as crianças negras demonstram em suas falas a tristeza por terem seus traços inferiorizados, o caso citado ocorreu na rua onde a aluna mora, ou seja, toda a inferiorização que as crianças negras escutam da sociedade, elas trazem consigo para dentro das escolas, e as unidades educativas muitas vezes corroboram para que elas internalizem essa inferiorização, assim como auxiliam as crianças brancas a epidermizar (FANON, 2008) a superioridade sobre os demais segmentos raciais.

5.2 - A presença da branquitude no 4º ano do Ensino Fundamental

Muitas das identidades raciais das crianças das crianças negras estão sendo construídas nas dores, na rejeição afetiva que elas enfrentam quando estão na escola, na inferiorização de seus corpos, nas relações com os colegas, com os docentes, funcionários e gestores, onde todos cumprem papéis determinados em uma sociedade racializada, corroborando para a manutenção dessas desigualdades. A identidade racial da criança branca também é construída nesse meio, quando vêem o cabelo e o corpo de uma criança negra ser inferiorizado, ela percebe que seu corpo, seu cabelo e sua cor não enfrentam a mesma experiência, ela epidermiza (FANON, 2008) a sua superioridade frente à inferioridade de outra criança. Esses processos ocorrem direta, ou indiretamente, a

naturalização destes faz com que essa lógica não seja questionada com frequência, mas quando o é, as crianças aprendem a ressignificar suas identidades raciais.

Após um ano de observação e regências em turma de 1º ano dos Anos Iniciais, acabei por mudar de escola, indo para outra unidade educativa, que se localiza no município de Acarape-CE onde também atuo como bolsista e realizo as mesmas funções da escola anterior, mas agora em uma turma de 4º ano. A escola possui, a maior parte de alunos negros e mestiços, há pouquíssimos brancos na unidade educativa. Mesmo assim o desenho que está na porta do banheiro das meninas representa a imagem de uma garota branca.

Figura 2:



Fonte: acervo da autora (2019)

As crianças que estudam na “Escola Palmares” ao verem um desenho de uma menina loira e branca, tão diferente de seu fenótipo, não se sentem representadas, mas naturalizam essa imagem, elas sabem que o desenho dessa menina é o “ideal” para estar ali na porta do banheiro, podem não nos dizer o porquê, mas inconscientemente elas sabem que esse é o padrão de beleza aceito e desejado pela sociedade. Essa ideia de padrão recebe grande contribuição da escola, que reproduz os privilégios materiais e simbólicos dados às pessoas brancas.

Essa imagem não foi escolhida por acaso, dentre tantas outras que poderiam ter sido colocadas ali, o núcleo gestor, que possui algumas pessoas brancas ocupando os cargos de direção, evidencia a sua branquitude quando a figura de uma menina branca e loira é colocada na porta do banheiro feminino. Cintia Cardoso (2018, p. 113 e 114) a esse respeito destaca que são imagens como essa que potencializam dentro de uma unidade educativa o lugar da criança branca, que é aquele de destaque e de positividade. Segundo a autora, imagens assim dizem muito sobre o fazer docente das professoras e de suas subjetividades como sujeitos sociais. Ela reitera

Essas imagens ao serem escolhidas para estarem ali comunicam uma ideia, uma mensagem, e tem o branco como referencial, ou seja, nesta unidade educativa ainda que em comunidade com maioria negra mantém mecanismos de privilégios simbólicos e materiais a este grupo reforçando uma ideia de humanidade como padrão. (CARDOSO, 2018, 114)

Em apenas dois meses de observação e regência fomos capazes de perceber o quanto a branquitude permeia o espaço escolar, o quanto as tensões raciais se mostram ainda mais evidentes. As crianças, pouco maiores que na turma anterior, demonstram ser ainda mais sensíveis às questões raciais. Elas são em sua maioria crianças negras, temos somente uma aluna branca na turma. Por ter somente uma criança branca na turma a analisaremos enquanto exceção, ou seja, o branco em um espaço de maioria negra.

Em minhas observações vi como as crianças tem uma boa relação entre si, e com os professores, mas as desigualdades que moldam identidades raciais ainda se mostram presentes. Vi isso durante a aplicação de nossa primeira regência nessa turma, para ilustrar melhor abaixo está o pano de aula que aplicamos

1 IDENTIFICAÇÃO

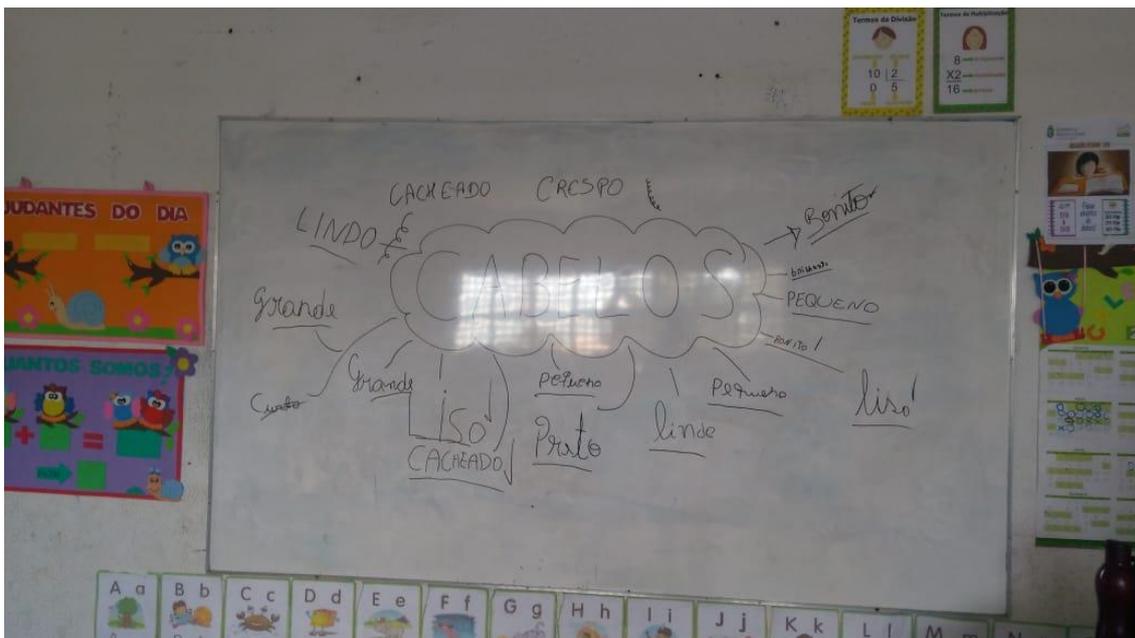
Escola: Escola Palmares		Data: 04/09/2019 – Duração: 4h
Tema: As raízes da identidade negra: trabalhando as relações étnico-raciais a partir do livro “Meu crespo é de Rainha”.	Série: 4º ano	Turma: A
Bolsistas: Bolsista B e Lya de Aquino Silva.		Turno: Manhã

2 PLANO

Objetivos	Conteúdo programático	Recursos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aceitar a diversidade e as diferenças capilares do(a) outro(a). 2. Empoderar-se a partir da aceitação do seu próprio cabelo. 3. Pensar sobre minha identidade étnica e racial a partir do meu cabelo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acolhida matinal (cama de gato) 2. Predição: O cabelo que eu tenho 3. Dinâmica sobre cabelo 4. Contação de história do livro <i>Meu crespo é de rainha</i> 5. Oficina de autorretrato 6. Releitura da história contada (pode ser uma poesia, um texto, uma encenação ou um desenho) 	<ul style="list-style-type: none"> - Novelo - Lousa - Pincel - folha A4 - Lápis de cor - Canetinha - Papelão - Tecido

No dia 04 de setembro de 2019 realizamos nossa primeira regência utilizando o tema As raízes da identidade negra: trabalhando as relações étnico-raciais a partir do livro “Meu crespo é de Rainha”. Começamos fazendo uma roda, onde nos sentamos no chão e explicamos que nesse dia iríamos falar sobre o cabelo e sua influência na construção da nossa identidade. Colocamos na lousa o nome Cabelo e ao redor dele pedimos que cada criança ficasse de pé e escrevesse, na mesma lousa, uma característica que marcasse seu cabelo.

Figura 3:



Fonte: acervo da autora (2019)

Durante toda atividade uma das alunas negras se recusou a ir até a lousa e escrever o que achava de seu cabelo e disse a seguinte frase que foi registrada em meu caderno de campo

- Vou não, tia.
- Por que? – eu questionei
- Não quero ir. (ela baixa a cabeça)
- Não vou obrigar você a ir se te incomoda, mas quero saber o porquê.
- Porque meu cabelo é ruim, tia, todo mundo diz.

A recusa, o ato de abaixar a cabeça, o incômodo de falar sobre uma característica tão marcante quanto o cabelo fez com que a aluna se sentisse retraída em participar da aula. Certamente essa criança já ouviu dentro, e fora, da sala de aula pessoas que atribuísssem características depreciativas ao cabelo crespo ou cacheado. Isso é evidente quando a única aluna branca da sala se levanta e escreve com confiança sobre seu cabelo cacheado dizendo que o acha lindo. São duas crianças com cabelos semelhantes, mas percepções completamente diferentes sobre seus cabelos, enquanto uma identidade racial foi construída de maneira positivada, a outra foi negativada e subalternizada. Ainda no decorrer dessa aula pedimos que as crianças fizessem um autorretrato, pois gostaríamos

de saber como elas viam a si mesmas, como se percebiam. Abaixo estão algumas das produções realizadas nesse dia

Figura 4:



Fonte: acervo da autora (2019)

O autorretrato acima pertence a aluna negra que se recusou a falar sobre o próprio cabelo, ao se desenhar vemos que ela inseriu seu cabelo crespo, mas não pintou sua cor. Ela se pintou utilizando o lápis de cor rosado, que produz um tom rosado no papel, ou seja, ela se pintou branca, ou o mais perto da brancura que podia chegar naquele momento. Mesmo que tenhamos colocados à disposição deles outros lápis para representar os tons de pele, ela colocou no papel o seu desejo de embranquecer. Mas não foi a única, muitos fizeram isso, o que nos mostrou que os desenhos ilustraram o desejo das crianças de se tornarem brancas. Internamente, elas sabem que o melhor é ser branco, ou se aproximar o máximo possível desse branco. De acordo com Neusa Sousa Santos (1983), é reforçado nas crianças negras o desejo de ser branco, pois ter o branco como padrão de existência faz com que todos os outros segmentos raciais não-brancos desejem terem sua existência e humanidade reconhecidas, e é a essa alternativa que as crianças negras irão se apropriar. A fala de dois alunos, registradas em meu caderno de campo, onde a aluna branca e um aluno negro nos ajuda a pensar isso

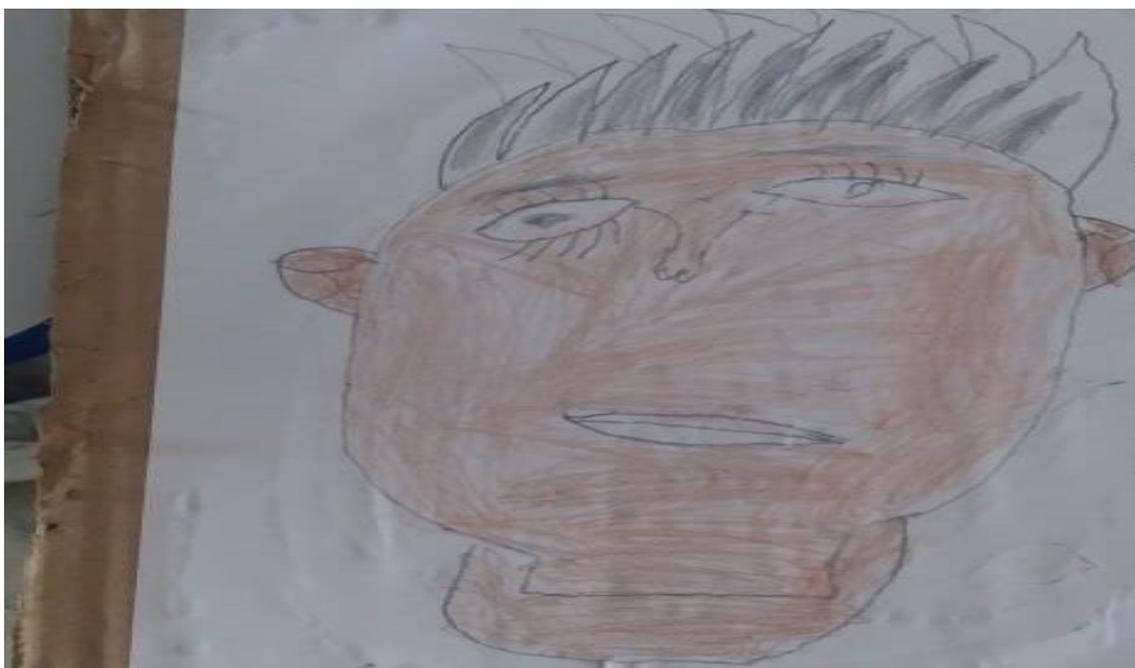
- Me passa o lápis cor da pele. (ela diz)

- Tô usando, te dou já. (ele respondeu)

A menina branca chamou o lápis rosado de “cor da pele”, reproduzindo uma fala

corriqueira no ambiente escolar, para ela e seus colegas aquela é a cor, a única desejável, a cor universalmente aceita. Para as crianças negras chamar esse lápis de “cor da pele” pode induzi-las a rejeitar sua própria cor. No desenho abaixo veremos o único aluno da sala que utilizou o lápis marrom para pintar seu autorretrato

Figura 5:



Fonte: acervo da autora (2019)

Esse aluno, sempre muito atento no momento que contamos a história do livro mencionado acima, no plano de aula, correu para nos mostrar assim que finalizou seu desenho. Ele muito confiante nos disse o que registrei em meu caderno de campo

- Esse sou eu, tia, da mesma cor da menina do livro.
- Ficou lindo! (as duas bolsistas elogiaram)
- É, ficou mesmo, né? (o aluno sorri, parecendo feliz)

O discente se mostrou feliz ao ver seus traços serem representados em uma história infantil, isso lhe deu confiança para nos mostrar sua produção artística, bem como a utilização do lápis marrom em seu desenho. A respeito disso Bento e Dias (BENTO; DIAS, 200?, p. 29) salientam que “Se as crianças negras receberem mensagens positivas

dos adultos e de seus pares acerca de seus atributos físicos e demais potencialidades, aprenderão a se sentir bem consigo. De outro lado, se as crianças brancas aprendem que seus atributos físicos e culturais não são os melhores nem os únicos a ser valorizados, os dois grupos aprenderão a considerar as diferenças como parte da convivência saudável.”. Na aula seguinte continuamos o trabalho sobre cabelo a constituição da identidade, abaixo está o plano de aula que utilizamos

1 IDENTIFICAÇÃO

Escola: Escola Palmares		Data: 25/09/2019
		Duração: 4h
Tema: Cabelo e identidade: Trabalhando empoderamento étnico-racial através do livro “O mundo no black power de Tayó”.	Série: 4º ano	Turma: A
Bolsistas: Bolsista B e Lya de Aquino Silva.	Turno: Manhã	

2 PLANO

Objetivos	Conteúdo programático	Recursos
-----------	-----------------------	----------

<ol style="list-style-type: none"> 1. Refletir sobre o preconceito racial presente na sociedade; 2. Pensar sobre a construção identitária a partir da cor da pele e do cabelo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acolhida: Dinâmica da cabra cega para identificar quem é quem pelo toque no cabelo (usar a música da Duda) - 30 min 2. Leitura coletiva do livro <i>O mundo no black power de Tayó</i> (Leitura realizada pelas próprias crianças) - 25 min 3. Percepções sobre o livro - 15 min 4. Dividir os alunos em duplas e entregar a eles uma cartolina onde deverão desenhar uma pessoa com seus traços (cabelos, olhos, nariz, cor de pele, etc) - de 40 min à 1h 5. Produção textual sobre “Quem sou eu?”, (10 à 15 linhas), onde as crianças poderão apresentar seus textos na próxima aula. 50 min à 1 h 	<p>Livro “O mundo no black power de Tayó”</p> <p>Pincel</p> <p>Tecidos</p> <p>Caixa de som</p> <p>Pendrive</p> <p>Lápis de cor, giz de cera, tinta</p> <p>Cartolina</p>
--	--	---

Nessa aula incentivamos nos alunos o pensar sobre a construção identitária a partir da cor da pele e do cabelo, sempre incentivando o respeito à todo tipo de diversidade. E, após a leitura e discussão do livro citado acima, pedimos que eles se dividissem em duplas para desenharem em uma cartolina uma pessoa que misturasse os traços dos dois. Durante a realização dessa atividade, ainda no momento onde os primeiros traços iam tomando forma escutei um aluno negro dizer para o outro também negro

- Vamos pintar ele de marrom?

- Sim, mas não pinta não forte porque assim vai ficar muito escuro. Aí fica feio

A fala dessas duas crianças indica o quanto desconstruir os preconceitos raciais é um processo difícil e lento, os dois usaram o lápis marrom, mas um alertou o outro para o risco de deixar o desenho muito escuro, dizendo que se ele fizesse isso o trabalho dos dois ficaria feio. Santos (1983) quando pesquisou a respeito dessa temática apontou que

É a autoridade da estética branca quem define o belo e sua contraparte, o feio, nessa nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisão são ocupados hegemonicamente por brancos. Ela é

quem afirma: " o negro é o outro do belo". É esta mesma autoridade quem conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que descriminam uns em detrimentos de outros (SANTOS, 1983, p. 29)

Essa fala mostra como a mestiçagem age na psique dos sujeitos, é melhor ser mestiço/pardo do que negro, a sociedade aceitaria melhor o sujeito da pele parda do que o sujeito negro, uma amostra evidente de como se dá a lógica racial no Ceará. Para Lia Vainer Schucman (2012)

[...] o que parece é que nossa sociedade se apropriou dos significados compartilhados sobre superioridade e pureza racial e, desta forma, desenvolveu um sistema hierárquico silencioso e camuflado de atribuição de status social que desvaloriza as pessoas na proporção direta em que elas se afastam do modelo ideal de branca [...] Assim, este ideal branco, internalizado por todos aqueles com diferentes “graus” de brancura, opera para favorecer os mais fenotipicamente “brancos” em detrimento dos “menos brancos” em diferentes planos das relações sociais, ou seja, quanto mais alguém se parece com um negro ou indígena, mais sua imagem destoa do que esse sistema generalizado de atribuição de status define como belo, desejável ou admirável. (SCHUCMAN, 2012, p. 87)

Ao ouvir todas essas falas, decidimos tomar outra abordagem junto à turma, em uma outra intervenção que mudou o fenômeno, metodologicamente nossa prática se tornou uma pesquisa-ação. Gil (2002, p. 55) define a pesquisa-ação como sendo um recurso metodológico que exige a estreita relação entre pesquisadora e os objetos de pesquisa, pois só é possível mediante a participação de todos os envolvidos. Conforme o plano de aula a seguir evidencia

1 IDENTIFICAÇÃO

Escola: Escola Palmares		Data: 11/09/2019 – Duração: 4h
Tema: Identidade e cabelo: Tire seu preconceito do nosso cabelo que nós vamos passar	Série: 4º ano	Turma: A
Bolsistas: Bolsista B e Lya de Aquino Silva.	Turno: Manhã	

2 PLANO

Objetivos	Conteúdo programático	Recursos
<p>1- Refletir sobre o preconceito racial presente na sociedade;</p> <p>2- Pensar sobre a construção identitária a partir da cor da pele e do cabelo.</p> <p>3- Raciocinar sobre os privilégios que as pessoas brancas possuem.</p>	<p>1- Acolhida Matinal (música Duda Pimenta: seu cabelo) Para recapitular o assunto da aula anterior. (8 min.)</p> <p>2- Apresentação do vídeo <i>Vista minha pele</i> (30 min)</p> <p>3- Apresentação do vídeo <i>Dudu e o lápis cor da pele</i> (19 min)</p> <p>4- Roda de conversa sobre preconceito e racismo (percepções das crianças sobre o vídeo-predição) (30 min)</p> <p>5- Produção textual (Meu cabelo, minha identidade, mínimo 10 linhas) (40 min)</p> <p>6- Produção textual (quadrinho sobre o vídeo com ilustrações) (40 min)</p>	<p>Data show</p> <p>notebook</p> <p>Pincel</p> <p>Lousa</p> <p>tecido</p> <p>Papel A4</p> <p>Lápis de cor</p> <p>Giz de cera</p>

De acordo com o conteúdo programático, recapitulamos tudo que trabalhamos nas duas aulas anteriores e apresentamos dois vídeos, todos trazendo a temática étnico-racial como foco principal. Após a exibição dos vídeos os discentes se mostraram bem animados em conversar conosco sobre o tema, então nos sentamos juntos no chão e realizamos uma roda de conversa, junto à turma, sobre preconceito e racismo, onde diversas percepções foram trazidas pelos estudantes. A fala de nossa aluna branca foi registrada

- Aquela menina ficava o tempo todo fazendo a Maria (personagem do vídeo *Vista minha pele*) se sentir mal por causa da cor e do cabelo dela.
- Tia, mas esse vídeo tá errado. Ele tá ao contrário. (um aluno negro diz)
- É mesmo? Por que você acha isso? (questiono)
- Por que são os negros que sofrem racismo, não os brancos. São os brancos que fazem. (ele responde)

A fala desse aluno aponta como ele, enquanto pessoa negra, enxerga as tensões raciais à sua volta, é perceptível que mesmo que as duas bolsistas não tenham dito nada antes do filme, eles conseguem ver como as raças se organizam em uma sociedade racializada. O sujeito branco foi colocado, pelo aluno, como aquele que pratica as ações

racistas, e o alvo dessa ação é o negro, e ele como criança negra sabe bem disso, pois se trata de sua rotina diária. Outra fala que nos chamou atenção foi registrada

- Então não é pra chamar o lápis rosa de cor da pele? (aluna negra pergunta)
- Não! Porque um lápis só não dá pra fazer todas as peles. (outra aluna responde)
- Então como eu chamo? (pergunta)
- Chama de rosa. Mas não de cor da pele, o vídeo disse que não tem só uma. (uma aluna branca disse)

Todas essas falas registradas em meu caderno de campo salientam como as identidades raciais estão sendo constituídas dentro do espaço escolar. O racismo é parte evidente da vivência de muitas dessas crianças, e a escola, que de neutra não tem nada, colabora significativamente para a reprodução dessas percepções racistas. A branquitude presente nesse contexto se apresenta de tantas formas e é tão marcante, que por diversas vezes, o combate aos privilégios materiais e simbólicos dentro das instituições escolares é extremamente difícil. Perceber a presença e a ação da branquitude nos Anos Iniciais foi um processo de aprendizagem, e análise, complexo e, por vezes, cansativo, mas com um olhar mais apurado acredito que pude delinear-la.

As falas e expressões faciais manifestadas pelos estudantes nos mostram como a criança negra está sendo colocada em desvantagem racial se compararmos com as crianças brancas. (CARDOSO, 2018). A branquitude no espaço escolar, especificamente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental configura-se “como um marcador de distinção social, utilizado para garantir o acesso a bens materiais e simbólicos e entender como, num contexto de silêncio sobre as questões raciais, uma subjetividade branca é construída por meio de concepções sobre respeitabilidade, merecimento e intimidade.” (CARDOSO; MÜLLER, 2017, p. 14). A escola constitui um terreno fértil para diversos conflitos, inclusive o racial, várias são as formas com a qual o preconceito racial é expressado, o que corre dentro e fora das salas de aula. (GADIOLI; MULLER, 2017, p. 291)

Em meio ao mundo branco (FERNANDES, 2007) vivenciado dentro da escola, refletindo o mundo social, a criança a criança negra se recusa, enquanto a branca se

afirma. A epidermização dos complexos de superioridade e inferioridade é visível. (FANON, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada objetivou pensar, relacionar e problematizar a presença da branquitude no processo de ensino-aprendizagem, salientando sua importância como mecanismo para solidificar a pedagogia antirracista na Educação Básica, especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em duas escolas municipais de Redenção e Acarape no Ceará.

Conforme Gadioli e Muller (2017, p. 277) tratam “o cotidiano escolar é um ambiente que ainda reproduz discursos de poder, sua estrutura ainda é marcada pelos ideais eurocêntricos e ainda impera certo silenciamento. Nesse sentido, a escola precisa se mostrar mais eficiente para lidar com as questões sobre o racismo e seus desdobramentos de maneira mais profunda. Assim, é pertinente trazer para nossa discussão o processo em que se constituiu o pensamento racial brasileiro. Como no passado, ainda hoje, abordar a questão da ideologia e do racismo em suas múltiplas dimensões não é tarefa muito fácil.” Essas autoras resumem bem o que tentei delinear no decorrer desta pesquisa.

Pensar a branquitude como uma identidade racial visível e presente em todas as etapas da educação básica, em especial nos anos iniciais não foi fácil, despir-me de tudo que achava que sabia sobre racismo, identidade racial e educação, não foi fácil. Ouvir as crianças trazendo falas complexas sobre a construção de identidades raciais em toda sua diversidade foi uma grata surpresa. A partir de demarcação da branquitude dentro da sala de aula e nas relações sociais estabelecidas pelos discentes, achei pertinente trazer os planos de aula utilizados durante as regências para que estes venham a colaborar com a construção de uma educação antirracista para a Educação Básica.

Saliento aqui que o processo de escrita desse texto por vezes foi doloroso, controverso e complexo, as leituras e análises do contexto educacional a qual eu estava inserida me fez questionar qual era meu papel frente às tensões raciais vivenciadas

naquele espaço. E nesse momento que decidi assumir a postura de pesquisadora e profissional docente em formação, em prol de uma educação antirracista. Esse trabalho, por sua vez, espera ter alcançado os objetivos a qual foi proposto, e ter respondido alguns questionamentos, se não foi isso que ocorreu, espero, pelo menos, ter feito o leitor elaborar outros questionamentos. Se inquietei e levei o leitor à refletir, então já considero que esta pesquisa cumpriu bem o seu papel.

O branco cearense neste trabalho apareceu semelhante a maneira que o branco tem sido mostrado na literatura científica a respeito de branquitude. O trabalho é o início para se tratar da branquitude cearense, para ser mais preciso, a branquide nas cidades de Redenção e Acarape no Ceará. Contudo, será necessário mais trabalho de campo em produções científicas do futuro para começarmos a esboçar as especificidades da branquitude de Acarape e Redenção.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 25-57(a)
- _____. **Pactos narcísicos no racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002(b).
- _____. **Branquitude**: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 147-162(c).
- CARDOSO, C. Lourenço. **Branquitude acrílica e crítica**: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latino americana de ciencias sociales, niñez y juventud*. v. 8, p. 607-630, 2010.
- _____. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.
- _____. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil, 2014.
- CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- CARDOSO, Cintia. **Branquitude na Educação Infantil**: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- CARDOSO, LOURENÇO. **O modo de pensar a razão dual racial**: a branquitude e o mestiço-lacuna. Pernambuco: *Revista Debates Insubmissos*, v. 1, n. 2, ago. 2018. Quadrimestral.
- DIAS, L. R.; BENTO, M. A. da S. **Educação infantil e relações raciais**: conquistas e desafios. S.l.: 200?. Acessado em: 2019. Disponível em: diversidadeducainfantil.org.br/PDF/EDUCAÇÃO%20INFANTIL%20E%20RELAÇÃO%20RACIAIS%20-%20Maria%20Aparecida%20Bento%20e%20Lucimar%20Dias.pdf
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. revista. São Paulo: Global, 2007.

FRANKENBERG, Ruth. **The construction of white women and race matter**. Minneapolis. University of Minnesota Press, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. Ed. Pernambuco: Global Editora, 2003.

GADIOLI, Monique Ferreira; MULLER, Tânia Mara Pedroso. **Branquitude e cotidiano escolar**. In: MULLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço da Conceição. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, 2017. p. 277-292.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39-62.

GONZÁLEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – **Características gerais dos moradores e dos domicílios cearenses –PNAD contínua 2018**. Ceará, 2019.

LOPES, Joyce Souza. **Pontuações e proposições ao branco/a e à luta antirracista: ensaio político-reflexivo a partir dos estudos críticos da branquitude**. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, Londrina: Gepal, 2013. p. 134 - 150.

MARQUES, Janote Pires. **A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da lei 10.639/2003**. Poiésis, Tubarão. V. 7, n. 12, p. 347 – 366, Jun./Dez. 2013. <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Tradução: Roland Corbizer e Mariza Pinto.

MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação. N. 23, p. 156-168, 2003.

MULLER, Tânia M. P; CARDOSO, Lourenço C. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.(a)

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, v. 4, p. 6-14, 2012(b).

NEVES, P.S. da C. **Luta anti-racista: entre conhecimento e redistribuição**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 59, p. 81-96, 2005.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PIZA, Edith. **Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu**. In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. (Orgs.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 97-125.

PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para a branquitude**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva. (Orgs.) Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 59- 90.

Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse. 1999b. In: FRANKENBERG, Ruth. **White women, race masters: The social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota. 1999a.

RACHLEFF, Peter. **Branquidade: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos**. In: WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 97-113.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957](a).

_____. **Patologia social do “branco” brasileiro**. In: _____. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957], p. 215-240(b).

_____. **O problema do negro na sociologia brasileira**. In: _____. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957], p. 163-211(c).

ROSSATTO, César; GESSER, Verônica. **A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses**. 2001 In: CAVALLERO, E. Racismo e antirracismos na educação: repensando a escola. São Paulo: Editora Selo Negro. 2001.

SANTIAGO, Flávio. **Hierarquização e racialização das crianças negras na educação infantil**. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, São Paulo, v 32 .33, n.64, p.31-47, 2015.

SANTOS, Marlene Pereira dos; JUNIOR, Henrique Cunha. **População negra no Ceará e sua cultura**. Revista África e Africanidades – Ano 3 – n.11, novembro, 2010.

SANTOS, Neusa Sousa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOVIK, Liv. 2004a. **Aqui ninguém é branco**: hegemonia branca e media no Brasil. In: WARE, Vron (org). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Candido Mendes, p. 363-386.

SOVIK, Liv. 2004b. **We are family**: Whiteness in the brazilian media. Journal of Latin American Cultural of Studies. 13 (13), p. 315- 325.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. **Construindo uma história de colaboração na educação**: a experiência do Ceará. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 125, p.1075-1093, out./dez. 2013.

WARE, Vron. (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004(a). _____. Introdução: O poder duradouro da branquidade um problema a solucionar. In:

_____. (org.). **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 7-40(b).

WRAY, Matt. **Pondo a “ralé branca” no centro**: implicações para as pesquisas futuras. In. WARE, Vron (Org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond. 2004, p. 339-361.